



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS TRANSGÊNEROS: identidades e memórias
nos espaços escolares

ANDREZA DE SOUZA OLIVEIRA

RECIFE

2024

ANDREZA DE SOUZA OLIVEIRA

HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS TRANSGÊNEROS: identidades e memórias
nos espaços escolares

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito básico para
obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Identidades e Memórias

Orientadora: Professora Dra. Aurenéa Maria
de Oliveira

RECIFE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Andreza de Souza. Histórias de vida de pessoas transgêneros: identidades e memórias nos espaços escolares / Andreza de Souza Oliveira. Recife, 2024. 90f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

Orientação: Aurenéia Maria de Oliveira.

Inclui referências.

1. Bullying; 2. Educação; 3. Estigma; 4. Gênero; 5. Pessoas Trans. I. Oliveira, Aurenéia Maria de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

Agradecimentos

Aos meus pais, Damião de Souza Oliveira e Maria Aurineide de Souza Oliveira, meu amor é inteiramente de vocês. Obrigada pelo amor e suporte incondicional. Amo vocês!

Aos meus avós maternos e paternos, Cecília Maria Bezerra de Souza, Antônio Pereira de Souza, Josefa de Souza Oliveira e Jaime Benedito de Oliveira (in memoriam), vocês batalharam muito em meio ao sol do semiárido para que cada geração chegasse mais longe. Estamos conseguindo. Obrigada!

Um agradecimento mais que especial para minha afilhada, minha filha do coração Havylla Luara que mesmo sem saber, tornou e torna as coisas mais leves e fáceis com sua espontaneidade. Te amo Lulu!

Aos meus amigos e amigas de longa data, Danieli Silva, Iara Ferreira, Victor Lima, Tuany Araújo, Airton Lima, Maria Socorro e Bárbara Hellen, pelos conselhos, pelo ombro amigo e as risadas sinceras em especial nessa jornada que durou um pouco mais de dois anos. Obrigada!

Agradeço ao professor, orientador, amigo e hoje colega de profissão, Evandro Nogueira por sua insistência e persistência em inscrever-me no mestrado em educação, sem esse apoio, não teria chegado até aqui. Obrigada!

Aos amigos e amigas que o Mestrado em Educação me proporcionou, Ieda Ferreira, Lucilla Peres, Diego Martiniano, Diego Lacerda e Diogo Lins, Marcus Vinicius pelas trocas de saberes e experiências, obrigada!

Aos amigos que Recife me presenteou, Erasmo Ribeiro, Suzi Cavalcante, Ana Flávia, Rose Oliveira, Myrelle Ramos, pelos passeios, encontro das senhoras, perrengues compartilhados e risadas, obrigada!

À minha orientadora, Aurenéa Maria de Oliveira, obrigada pelos ensinamentos, reflexões e pela paciência.

Aos professores, professoras e demais colegas do PPGE-UFPE ao longo desses dois anos, obrigada pelas aulas incríveis e por uma troca de saberes ímpar.

À Fundação do Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) que enxergou potencial em minha pesquisa e tornou possível a sua execução, obrigada!

Aos examinadores, Professor Dr. Edilson Fernandes de Souza e a Professora Dra. Patrícia Fortes. Obrigada pela rica contribuição e disponibilidade para prestigiar a banca de defesa.

Agradeço imensamente a Alice Maria, Felipe Melo, que contribuíram imensamente com a pesquisa. Sem vocês, não seria possível. Obrigada!

RESUMO

Através da História de Vida, essa pesquisa buscou evidenciar os desafios experienciados por pessoas trans (um homem trans e uma travesti/mulher trans) durante as suas respectivas trajetórias de vida, com foco no espaço escolar. Alice, uma mulher trans de 38 anos, é alegre e cheia de esperança apesar das dificuldades que enfrentou, como bullying na infância e responsabilidades precoces em casa. Sua entrevista ocorreu no Shopping Boa Vista, em Recife/PE. O segundo entrevistado, Felipe, é um homem trans de 20 anos e estudante do CIn na UFPE. A entrevista foi realizada no período da tarde, na biblioteca do CAC. Durante a execução desse trabalho, foi realizado um levantamento dos índices de violência contra pessoas trans no Brasil e, posteriormente, especificamente no estado de Pernambuco, por meio de organizações não governamentais especializadas na apuração desses dados. As principais fontes utilizadas foram o Grupo Gay da Bahia (GGB), uma ONG fundada em 1980 e a mais antiga do Brasil em defesa dos direitos LGBTQIA+, e os dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), organização brasileira dedicada ao apoio e defesa dos direitos da população de travestis e transexuais e ao combate à transfobia, anteriormente conhecida como Rede Nacional de Travestis e, antes disso, como ASTRAL. Também foram consultados relatórios da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco para recolher dados sobre agressões sofridas por pessoas transgênero no estado. O arcabouço teórico principal, veio da filósofa pós-estruturalista Judith Butler com seus livros *Corpos que importam* (2019) e *Problemas de Gênero* (2002). A metodologia utilizada conciliou a história de vida com a Análise de Discurso francesa (AD). Cada história de vida traz uma perspectiva única, experienciada por cada indivíduo, enquanto a existência humana reflete diversas dimensões que revelam aspectos da sociedade em que vivemos, como valores sociais e culturais, contextos históricos e econômicos, além das organizações e instituições de cada época. Dessa forma, a abordagem de história de vida amplia o estudo dos processos de aprendizagem do nível individual para o social, possibilitando a compreensão desses processos ao situá-los em um contexto mais extenso, que vai além do campo da educação (Ferraça; Antonello, 2017). A Análise de Discurso (AD) é considerada uma disciplina de intersecção, surgida a partir das contradições epistemológicas historicamente condicionadas que atravessam diferentes campos do

conhecimento. Sua proposta é integrar ciências sociais, linguística, teoria do discurso e psicanálise, promovendo reflexões que vão além da linguagem e abrangem também a ideologia. A rede conceitual da AD articula três áreas do saber, com uma base teórica psicanalítica sobre o sujeito: (1) o materialismo histórico, que aborda as formações sociais, suas transformações e ideologias; (2) a linguística, que investiga os mecanismos sintáticos e os processos de enunciação; e (3) a teoria do discurso, que analisa a determinação histórica dos processos de significado (Orlandi, 2013). Aqui, o debate sobre a transexualidade entra em cena na perspectiva de desafiar a ordem binária de gênero. A identidade trans é uma vivência profundamente pessoal e que varia imensamente de indivíduo para indivíduo, incluindo diversas maneiras de se expressar. Alice identifica-se como travesti e não como mulher trans, embora considere os termos conceitualmente equivalentes. Essa escolha nos leva a refletir sobre a distinção entre as identidades de mulher trans e travesti. Observando as camadas sociais ao nosso redor, percebe-se que esses termos estão profundamente ligados à condição social. A interseção entre identidade de gênero e classe social evidencia um ciclo de exclusão, no qual a pobreza e a vulnerabilidade social aumentam os desafios enfrentados pelas travestis. A memória discursiva presente no relato de Felipe remete à sua infância em Feira Nova, no interior de Pernambuco, onde associa o ambiente familiar e escolar a normas rígidas sobre seu comportamento e às expectativas sociais relacionadas ao seu desempenho de gênero como menina. Ele expressa, sem reservas, sentimentos contraditórios sobre essa fase, reconhecendo a dor da exclusão por colegas, mas ainda assim conseguindo relembrar momentos positivos. O interdiscurso que permeia seu relato, especialmente ao mencionar o "padrão normal de meninas," sugere uma crítica implícita à normatividade de gênero e à heteronormatividade. O uso das aspas em sua fala desafia essas normas de gênero, pois, de forma consciente, ele critica essas imposições sociais invisíveis que continuam a impactar a vida das pessoas, como ele próprio. Como resultado, a partir da metodologia aplicada, localizamos nas histórias de vida de nossos entrevistados, especificamente no ambiente escolar, a presença do bullying advindo sobretudo da ideologia cristã na produção de estigmas e de transfobia. A educação desempenha um papel essencial no combate à transfobia, ao bullying e a outras formas de violência. Como espaço de formação de opinião, ela pode fomentar uma compreensão mais abrangente das questões de gênero. Uma escola com professores e gestores mais bem preparados, munidos de informações adequadas

para lidar com a diversidade, tende a promover a pluralidade, criando ambientes onde a diversidade é valorizada e os alunos são incentivados a questionar normas sociais opressivas de maneira saudável.

Palavras-chave: Bullying, Educação; Estigma; Gênero, Pessoas trans.

ABSTRACT

Through Life Stories, this research sought to highlight the challenges experienced by trans people (a trans man and a transvestite/trans woman) during their respective life trajectories, with a focus on the school space. Alice, a 38-year-old trans woman, is cheerful and full of hope despite the difficulties she has faced, such as childhood bullying and early responsibilities at home. Her interview took place at Shopping Boa Vista, in Recife/PE. The second interviewee, Felipe, is a 20-year-old trans man and a CIn student at UFPE. The interview took place in the afternoon, in the CAC library. During the course of this work, a survey was carried out of the rates of violence against trans people in Brazil and, later, specifically in the state of Pernambuco, through non-governmental organizations that specialize in finding out this data. The main sources used were the Gay Group of Bahia (GGB), an NGO founded in 1980 and the oldest in Brazil defending LGBTQIA+ rights, and the dossiers of the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA), a Brazilian organization dedicated to supporting and defending the rights of the transvestite and transsexual population and combating transphobia, formerly known as the National Network of Transvestites and, before that, as ASTRAL. Reports from the Pernambuco State Department of Social Defense were also consulted to gather data on aggressions suffered by transgender people in the state. The main theoretical framework came from the post-structuralist philosopher Judith Butler with her books *Bodies That Matter* (2019) and *Gender Trouble* (2002). The methodology used combines life stories with French Discourse Analysis (DA). Each life story brings a unique perspective, experienced by each individual, while human existence reflects various dimensions that reveal aspects of the society in which we live, such as social and cultural values, historical and economic contexts, as well as the organizations and institutions of each era. In this way, the life story approach broadens the study of learning processes from the individual to the social level, making it possible to understand these processes by placing them in a broader context, which goes beyond the field of education (Ferraza; Antonello, 2017). Discourse Analysis (DA) is considered an intersecting discipline, which emerged from the historically conditioned epistemological contradictions that cross different fields of knowledge. Its proposal is to integrate social sciences, linguistics, discourse theory and psychoanalysis, promoting reflections that go beyond language and also

encompass ideology. The conceptual network of DA articulates three areas of knowledge, with a psychoanalytic theoretical basis on the subject: (1) historical materialism, which addresses social formations, their transformations and ideologies; (2) linguistics, which investigates syntactic mechanisms and enunciation processes; and (3) discourse theory, which analyzes the historical determination of meaning processes (Orlandi, 2013). Here, the debate on transsexuality comes into play from the perspective of challenging the gender binary order. Trans identity is a deeply personal experience that varies immensely from individual to individual, including different ways of expressing oneself. Alice identifies herself as a transvestite and not as a trans woman, although she considers the terms to be conceptually equivalent. This choice leads us to reflect on the distinction between the identities of trans woman and transvestite. Observing the social layers around us, we realize that these terms are deeply linked to social status. The intersection between gender identity and social class highlights a cycle of exclusion, in which poverty and social vulnerability increase the challenges faced by transvestites. The discursive memory present in Felipe's account goes back to his childhood in Feira Nova, in the interior of Pernambuco, where he associates the family and school environment with rigid rules about his behavior and social expectations related to his gender performance as a girl. He unreservedly expresses contradictory feelings about this phase, acknowledging the pain of exclusion by peers, but still managing to recall positive moments. The interdiscourse that permeates his account, especially when he mentions the "normal pattern of girls," suggests an implicit criticism of gender normativity and heteronormativity. The use of quotation marks in his speech challenges these gender norms, as he consciously criticizes these invisible social impositions that continue to impact the lives of people like himself. As a result, based on the methodology applied, we found in the life stories of our interviewees, specifically in the school environment, the presence of bullying arising above all from Christian ideology in the production of stigmas and transphobia. Education plays an essential role in combating transphobia, bullying and other forms of violence. As a place where opinions are formed, it can foster a more comprehensive understanding of gender issues. A school with better-prepared teachers and managers, equipped with the right information to deal with diversity, tends to promote plurality, creating environments where diversity is valued and students are encouraged to question oppressive social norms in a healthy way.

Key-words: Bullying; Education; Stigma; Gender; Transgender people.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	12
1.1 Transfobia e escola.....	16
1.2 Estado da arte: pesquisas na pós-graduação	21
1.3 Dados de violência contra a população trans no Brasil e em Pernambuco..	28
2. DISCUSSÃO TEÓRICA	36
2.1 Gêneros e sexualidades como construções históricas.....	36
2.2 Formação identitária a partir dos conceitos de performance e performatividade	39
2.3 Transexualidade/transgeneridade	41
2.4 Caminhos Metodológicos	45
2.5 Análise dos Dados	50
CAPÍTULO 3	54
3.1 Vivências e resiliências/resistências: a narrativa de Alice	56
3.2 Vivências e resiliências/resistências: a narrativa de Felipe	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dedicou-se a análise da história de vida de 02 pessoas transgêneros no ambiente escolar; para tal, dividimos o texto em 03 capítulos: no primeiro, discute-se a temática em sua interface com a escola por meio da transfobia e do *bullying*. Ainda nesta parte, apresenta-se o estado da arte, destacando o trabalho de três teses e cinco dissertações que trazem visões diferentes sobre a temática. Tais trabalhos foram fundamentais para a constituição da pesquisa, pois contribuíram não apenas para o desenvolvimento de argumentos, mas também para ilustrar a construção histórica desse debate na academia. Eles evidenciam tanto os avanços quanto as possíveis lacunas no processo de discussão de uma temática tão emblemática, como a presença e a vivência de corpos trans no espaço escolar.

Também neste capítulo, foi feito um levantamento dos índices de violência contra pessoas trans no Brasil e, em seguida no estado de Pernambuco, mediante organizações não governamentais que apuram essas informações. Foram utilizadas como fontes: o Grupo Gay da Bahia (GGB), uma organização não governamental dedicada à defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil. Fundada em 1980, é a associação de defesa dos direitos LGBTQIA+ mais antiga do país ainda em atividade. Além de dossiês da Associação ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais - uma organização brasileira que se dedica a atender às necessidades da população de travestis e transexuais e a combater a transfobia. Primeiramente conhecida como Rede Nacional de Travestis e, antes disso, como ASTRAL. Do mesmo modo, foi usado como aporte para apuração dos dados, relatórios elaborados pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, no sentido de fazer levantamento de agressões sofridas por pessoas transgêneros.

No capítulo 02, são apresentados os autores que apoiaram nosso debate sobre gênero e performatividade. Neste aspecto, o principal arcabouço teórico veio da filósofa pós-estruturalista Judith Butler em obras como “Problemas de Gênero” (2003) e “Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo” (2019). A metodologia utilizada conciliou a história de vida com a Análise de Discurso francesa (AD). Aqui, o debate sobre a transexualidade entra em cena na perspectiva de desafiar a ordem binária de gênero. A identidade trans é uma vivência profundamente pessoal e varia

imensamente de indivíduo para indivíduo, incluindo diversas maneiras de se expressar e de viver essa identidade.

Neste caso, a transição de gênero pode envolver mudanças físicas, como terapias hormonais e cirurgias, mas nem todas as pessoas trans escolhem ou têm acesso a esses procedimentos. A transição também pode ser social, incluindo mudanças no nome, nos pronomes e no estilo de apresentação. O apoio da família, amigos e da comunidade é crucial durante esse processo, podendo fazer uma enorme diferença na saúde mental e no bem-estar das pessoas trans.

Partindo para os caminhos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa, como já colocado, foi utilizado a História de Vida como instrumento para nos ajudar na captação das histórias de 02 sujeitos transgêneros, um deles entendendo-se como homem trans e a outra entrevistada como travesti/mulher trans. Ambos do estado de Pernambuco, residentes na cidade de Recife.

A História de Vida é um gênero textual que faz parte da biografia, ela tem como objetivo relatar a vida de uma pessoa, destacando suas experiências, realizações e trajetória pessoal e profissional. Não é utilizada apenas para destacar os feitos de grandes nomes da sociedade, é utilizada também para dar voz às pessoas comuns da sociedade. Ela possui características complexas, pois envolve a produção de sentido, tanto para o pesquisador quanto para o sujeito da pesquisa. É narrada de acordo com a perspectiva pessoal do sujeito, buscando estabelecer uma conexão entre o individual e o social.

Como instrumento de exame dos relatos das histórias de vida foi usada a metodologia da Análise do Discurso Francesa. Vale ressaltar que AD é entendida como uma disciplina de entremeio, pois surgiu a partir do trabalho contínuo com as contradições epistemológicas historicamente condicionadas, presentes em diferentes áreas do conhecimento. Assim, sua proposta é articular as ciências sociais, a linguística, a teoria do discurso e a psicanálise, promovendo reflexões que vão além da linguagem posto que, incorporam a ideologia nesse processo.

Diante disso, foi sob essa perspectiva que abordamos a história de vida dos entrevistados, ou seja, entendemos, como a AD defende, que o fato de o sujeito contar suas experiências de vida não o torna dono da verdade sobre esses acontecimentos, nem proprietário dessas informações. Por isso, é importante confrontar, contrastar, entrecruzar e dialogar, seus relatos com a historicidade resultante da produção de sentidos e isso foi efetuado no terceiro capítulo com o exame do corpus.

Assim, a partir da metodologia aplicada localizamos nas histórias de vida de nossos entrevistados, especificamente no ambiente escolar, a presença do bullying advindo sobretudo da ideologia cristã na produção de estigmas e de transfobia.

Concluindo, nas considerações finais, fazemos uma reflexão do papel da educação no processo de acolhimento de pessoas trans na escola.

CAPÍTULO 1

DISCUTINDO A TEMÁTICA

A partir da lógica pós-estruturalista, escolhemos trabalhar com Judith Butler (1999, 2003, 2011), discutindo conceitos seus que envolvem o corpo, o gênero, a performance/performatividade e a transgeneridade, isso feito, por meio de relatos de histórias de vida de pessoas transgêneros nos espaços escolares. O pós-estruturalismo apresentado nessa pesquisa contribui para pensar e refletir as diferenças que foram produzidas por pessoas trans durante a sua jornada estudantil, considerando os contextos em que estavam inseridas e como eles foram responsáveis por transformar suas histórias.

A transgeneridade e/ou transexualidade é caracterizada por ser a não-identificação com o gênero de nascimento, aquele que foi registrado na certidão de nascimento. Dessa forma, a pessoa trans começa a se adequar com as características e performances que melhor representam a sua identidade de gênero, podendo haver mudanças físicas (ou não) por meio da hormonização, cirurgias, entre outros procedimentos estéticos, juntamente com a mudança de nome. Ressalta-se, que isso não é uma via de regra, haja vista que cada pessoa encontra a melhor maneira para externalizar sua identidade de gênero.

Salienta-se, que o ato de descobrir-se/entender-se transgênero, pode acontecer em qualquer fase da vida e independe da sexualidade, posto que, a pessoa pode estar ou não em um relacionamento homoafetivo. Então, por tratar-se de uma pesquisa dentro do campo da educação, foi considerada a memória daquelas pessoas, que durante a sua fase estudantil, conseguiram se identificar como trans.

Assim, utilizamos o método da história de vida no espaço escolar para colher essas narrativas que não são responsáveis apenas por relatar a trajetória de alguém, mas também por apresentar elementos sociais, familiares e de outros tipos de vínculos que o indivíduo forma durante sua existência. Mesmo, tratando-se de uma pesquisa de cunho educacional, ainda assim não foram excluídas as vivências nos segmentos familiar, círculo de amigos, trabalho, entre outros, mas, o foco, reitera-se, foi o ambiente educacional, pois a escola é um lugar tanto de aprendizagens, como também de opressão à medida que, submete estudantes a situações de produção e igualmente, reprodução de lógicas sociais.

Lembramos também que a escola, por ser universal, no sentido de ter “amostras” de várias realidades socioeconômicas, religiosas etc., torna-se um microuniverso por assim dizer, em relação aos poderes mostrados e vividos, externos a ela. Dessa maneira, a realidade macro (vivências sociais fora da escola) é internalizada de maneira micro (vivências replicadas na escola) nas salas de aula, corredores, práticas corporais, entre outras interações que são propostas ao/neste ambiente.

Ainda sobre a sala de aula, Ganem (2020) reporta, em sua pesquisa, que as iniciativas governamentais asseguram o debate sobre gênero, sexualidade e educação sexual em sala de aula porém, não garantem o debate e a reflexão sobre, criando assim uma barreira de impedimentos para combater os estigmas existentes que por consequência, reforçam a discriminação e a desigualdade.

Por isso, ao trabalhar com questões de gêneros, dentro do ambiente escolar, devemos compreender que a inscrição deles nos corpos é feita no contexto das culturas, sendo esta formulada a partir do social. Deste modo, quando nos referimos a eles (gêneros), consideramos também a dialética do indivíduo/sociedade, numa construção complexa e em constante movimento, que não somente cria, mas igualmente recria, novos modos de ser e pensar (Pereira et al, 2017).

Desse modo, as sexualidades, isto é, as formas de expressar os desejos e prazeres, são socialmente instaladas e codificadas. Já as identidades de gêneros e sexuais, são definidas por suas relações sociais, formuladas pelas redes de poder de uma sociedade, tais como os veículos midiáticos, por exemplo (Louro, 2000).

Nesse sentido, a performatividade de gênero é marcada por representações que são socialmente construídas e que são mostradas de forma externa ao corpo. Butler (2011) em seus escritos, destaca que o corpo não é apenas uma matéria (objeto) existente no mundo, mas um elemento que produz e carrega histórias de vida que se fazem e se refazem ao longo do tempo, mostrando suas marcas através da expressividade (Nóbrega, 2010; Nunes, 2019).

A partir da leitura de sua obra, podemos entender que os papéis de gênero se constituem social, histórica e culturalmente e são reproduzidos muitas vezes, de forma compulsória, com os sujeitos sendo conduzidos (social e culturalmente) a se encaixarem num modelo binário normativo. De acordo com esta autora, o papel de gênero pode ser entendido como a união de preceitos socialmente aceitos.

Neste caso, as formas consideradas “adequadas” de comportamento dentro de um determinado meio social são tidas como as normais e as outras “anormais”. Isto quer dizer que existem funções/obrigações específicas para homens e mulheres. Este fato, implica no estabelecimento de relações de poder, expressas no convívio social das pessoas, em todas as fases da vida humana (Butler, 2003).

Deste modo, os gêneros, quando diretamente ligados ao sexo biológico, criam fatores que limitam sua descoberta, colocando os sujeitos dentro de padrões a serem seguidos, aprisionando e reduzindo os corpos e suas possibilidades de ser e agir no mundo. Diante disso, refletir acerca de temáticas relacionadas aos gêneros e sexualidades é uma atividade que requer que transpássemos a dimensão do binarismo, isto é, pensar a sociedade para além da dualidade homem e mulher, masculino e feminino. Contudo, a sociedade criou as performatividades, determinando os papéis de gêneros, ou seja, o que é que mulher e homem devem fazer, de acordo com o sexo biológico.

Lanz (2016), reafirma o pensamento de Butler (2003) sobre a construção das performances de gênero dentro das sociedades; assim, coloca que as hierarquizações e classificações deles, a partir da visibilidade social, sobrevivem graças à contestação e ao olhar do outro sobre os corpos, podendo esse olhar ser de aprovação ou reprovação. No entanto, a autora ainda explica que apesar das pessoas tentarem se desvencilhar desse olhar de julgamento, mesmo assim, ele é buscado por proporcionar a aceitação, confirmação e, essa situação de vigilância que o olhar/julgamento alheio proporciona, deixa as pessoas presas e com uma necessidade de validação constante.

Visibilidade social é, portanto, uma questão sujeita a muitas tensões e conflitos, tanto para as pessoas transgêneras que conseguem passar perfeitamente quanto, para quem não se julga capaz de conseguir essa proeza cênica. Por causa da visibilidade social, uns se esmeram o quanto podem na arte da transformação, tentando dissolver-se por completo na multidão, enquanto outros, fazem de tudo para se esconder, evitando sistematicamente qualquer forma de expressão pública das suas identidades transgêneras (Lanz, 2016, p. 213).

Neste caso, para entendermos essas questões, se fez necessário examinar, por meio da metodologia das histórias de vida, a construção de gêneros de nossos entrevistados (no caso pessoas trans) numa visão centrada especificamente nas experiências escolares, porém não somente nelas, haja vista que na pós-experiência

da vida escolar existe também as vivências dos círculos sociais e familiares que são introjetados e levados para o campo educacional.

Por conta disso, temos como problema de pesquisa a questão: de que maneira pessoas transgêneros têm vivenciado o processo educativo no campo formal, incluindo nesse íterim, suas trajetórias formativas de vida e seus modos de pensar?

Tentando responder ao problema acima, desenvolvemos como objetivo geral: identificar e analisar as significações produzidas por pessoas transgêneros nos espaços escolares, levando em consideração nesse processo suas trajetórias de histórias de vida. Como objetivo específico traçamos: observar as discussões de gêneros, no cenário contemporâneo, no espaço escolar formal.

Para Butler (1999), o gênero deve ser compreendido como uma expressão performativa e não como algo inerente, uma essência intrínseca ao sujeito. Neste aspecto, Foucault (1991) defende que as pessoas que desafiam às normas heteronormativas, vivem em um constante panóptico social, ou seja, passam por constantes julgamentos e com isso vivem num permanente estado de vigilância e punição. Diante disso, justificou-se a necessidade de realização desta pesquisa tendo em vista que a partir dela foi possível compreender trajetórias escolares de pessoas não-cisgêneros, identificando tristezas e alegrias nesse processo por meio de suas narrativas de histórias de vida, que nos possibilitaram enxergar como o ambiente educacional foi percebido por elas.

Ao se abordar pesquisas em educação, é comum se fazer uma associação direta, entre outras, a questões ligadas à alfabetização e à dificuldade dos professores em lidar com as necessidades educacionais de seus alunos. No entanto, a educação chega em situações e espaços que saem da sala de aula. Com isso, deixa-se evidente que concordamos com os que afirmam que a educação não acontece apenas nos espaços formais como escolas e universidades, pois, ocorre também em outros ambientes, como no mundo da vida, por exemplo. Neste aspecto, essa pesquisa filiou-se à linha de pesquisa Identidades e memórias, não apenas por se tratar de uma pesquisa envolvendo identidades e memórias de sujeitos que têm suas vidas atingidas diretamente pelo preconceito e o estigma, como as pessoas trans, mas, porque buscou ir além do espaço escolar, apesar, ressalta-se, de se tê-lo (espaço escolar) como foco.

Diante disso, ao observar a temática da pesquisa, sublinhamos, no que concerne à escola, como ela pode ser hostil para aqueles(as) que fogem à

normatividade, pois, como mini reflexo do social, nos espaços educacionais temos hierarquias que estão no e para além do corpo docente e dos funcionários.

De tal feita, tais hierarquias estão presentes nas interações entre alunos e alunas, existindo uma disputa de poder, como para alcançar as melhores notas, por exemplo. Entre outras causas, desse modo, iniciam-se certos atritos com aqueles que não estão encaixados no padrão, com as “brincadeiras” ficando cada vez mais sérias, podendo evoluir ao nível de violência física e/ou psicológica, tornando-se assim bullying. Sobre este último, entende-se como qualquer ato de comportamento agressivo, sustentado em três pilares: a intenção de prejudicar a vítima, as agressões repetitivas e o desequilíbrio de poder entre agressor e vítima (Zequinão et al., 2019).

O bullying escolar é considerado muito comum e além da violência física, que por conseguinte, afeta a saúde psicológica, existe também o cyberbullying que consiste em chantagem emocional e psicológica através da internet, sendo esta mais complexa de se descobrir o agressor por ele conseguir esconder-se atrás de um perfil falso no computador. A transfobia é um tipo de bullying que acontece no ambiente escolar e pode se dá através de palavras e ações hostis, assim como, através de atitudes e sentimentos negativos, vinculados às pessoas transgêneras, podendo ser intencional ou não. As consequências podem ser severas para quem sofre a discriminação especificamente transfóbica, ou seja, praticada contra pessoas transgêneras, que recebem agressões devido à sua identidade de gênero.

Seguindo o pensamento de Bento, Xavier e Sarat (2020), a escola está pautada por determinados padrões de comportamento, ou seja, a própria instituição limita seus alunos/as dentro de uma norma discursiva do que é masculino e feminino, criando com isso, um ambiente gerador de desconforto para crianças e adolescentes transgêneros.

1.1 Transfobia e escola

A transfobia é a forma mais grave de manifestação do ódio e da violência, que vem a ser constituída a partir de uma soma de estigmas, causando assim a segregação, intolerância, exclusão e violência (Oliveira, 2007). Tal exclusão, pode ser manifestada de forma real ou simbólica e é repassada de geração em geração, de modo que seja renovada e reiterada nos mais diversos âmbitos sociais, inclusive na escola. Junqueira (2012), usa o conceito “pedagogia do insulto” para referir-se aos

atos de cunho discriminatórios que têm levado a escola a ser um lugar “ácido” e nocivo para alunos LGBTQIA+; assim, ele define pedagogia do insulto como:

[...] uma série de tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais que têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos que, de maneira dinâmica e variada, podem se identificar ou ser identificados/as como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) ou outras categorizações semelhantes, análogas ou equivalentes (Junqueira, 2012, p. 212-213).

A escola enquanto instituição, ordena determinados padrões comportamentais no interior do seu recinto, no entanto, a própria escola não reconhece os limites ou não permite aos alunos e alunas ultrapassarem o que foi pré-estabelecido como limite entre o masculino e feminino.

Como consequência deste cenário opressivo, muitos indivíduos considerados transgressores de gênero são excluídos do local que até então sentiam-se pertencentes e repelidos em seus ambientes sociais sendo eles: relações familiares e escolares. Impedidos, muitas vezes, de apoio familiar e de acesso a uma educação inclusiva, e oportunidades de emprego formal inexistentes, ou outras formas de subsistência minimamente digna para uma vida humana, acabam por envolver-se em atividades consideradas reprováveis pela sociedade, como a prostituição, o uso de drogas e a prática de contravenções. Dessa forma, em muitos casos essas atividades tornam-se as únicas maneiras de garantir sua sobrevivência, mesmo que isso os coloque em situações de vulnerabilidade social e sujeitos ao julgamento por não corresponderem às expectativas sociais estabelecidas.

Junqueira (2012), argumenta em seu texto que a escola é um lugar de opressão, discriminação, preconceitos e também de violência, sujeitando os jovens e adultos LGBTQIA+ a passar por essas situações degradantes. Muitos desses jovens internalizam e negam a própria sexualidade e/ou gênero como uma tentativa de não sofrer esses ataques e por consequência performar a norma padrão cis-hétero.

Tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar, o estabelecimento do padrão hegemônico de masculinidade muitas vezes pressiona os indivíduos, em processos de afirmação, a demonstrarem sua virilidade diante dos colegas, mediante violência física, demonstrações de coragem e comportamentos ácidos de modo a desvalorizar e depreciar o "outro" com o uso de insultos e humilhações com conotações sexistas, homofóbicas ou racistas. Esses atos funcionam como artifícios psicológicos ou rituais que visam estabelecer ou reforçar suas autoimagens e identidades sociais como

homens viris que carregam poder. A masculinidade passa a se tornar um campo de disputa, construída como um símbolo de ascensão social para alguns e de degradação para outros (Junqueira, 2012).

Esse processo da produção da identidade heterossexual é responsável por emergir na superfície, a homofobia e a misoginia, principalmente entre os meninos. Junqueira (2012) ainda diz que esses indivíduos que alimentam a heterossexualidade, passam a enxergar um “outro” como sendo as mulheres e pessoas gays.

Os efeitos disso se fazem sentir de modo transversal e exponencial. O prejuízo é geral; o desconforto, permanente; e o risco de violência paira constantemente no ar. É preciso, assim, atentar-se para o fato de que a lógica de “homossociabilidade homofóbica” própria de determinados espaços sociais (como bares, times e torcidas organizadas de futebol, forças armadas, internatos, conventos, seminários etc.) pode encontrar, no interior das escolas, novos meios e oportunidades para produzir, reproduzir ou alimentar mecanismos de discriminação e violência contra estudantes mulheres, LGBT, bem como todo indivíduo cuja expressão de gênero parecer destoar da tida como convencional (Junqueira, 2012, p. 22).

Destaca-se também no texto de Junqueira que a construção do modelo heteronormativo é um dos fatores que contribuem para o “fracasso escolar”; assim, podemos então fazer uma associação das características da educação tradicional, onde, os alunos têm por estímulo serem passivos, obedientes e silenciosos, no entanto, essas características são encontradas em sua grande maioria nas meninas, enquanto, que os meninos performam o oposto.

Não por acaso, meninos e rapazes têm apresentado maiores problemas em suas situações e trajetórias educacionais. Ou seja, a escola, ao discriminar formas não hegemônicas de masculinidades, paradoxalmente, produz maiores dificuldades no desenvolvimento de capacidades comumente entendidas como atributos femininos, tais como ler e narrar histórias (Junqueira, 2012, p. 23).

Mesmo que a homofobia tenha efeito em todos os alunos, ainda se sobreporá mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas dos jovens que estão vivenciando os seus processos de construção da identidade sexual e de gênero, colocando-os à margem da “normalidade”. Junqueira (2012) diz que a homofobia exerce um efeito de privação dos direitos em cada um dos jovens e além de afetar o bem-estar subjetivo, prejudica também as relações sociais entre os pares e com os profissionais da educação. Essa privação leva o indivíduo a ser invisibilizado no

espaço escolar, abrangendo consequentemente a exclusão em outros espaços públicos sendo uma das formas mais brutais de opressão, além de tornar o processo do autoconhecimento, em relação à própria identidade, algo ainda mais doloroso.

A transfobia deve ser um tópico debatido na escola, assim como as sexualidades também devem fazer parte dessa discussão, pois a escola é o ambiente no qual desde a primeira infância a criança passa uma parte considerável do seu dia. A escola precisa ser o local que abre essa discussão sobre modelos discriminatórios, sendo os principais: gênero, sexualidade, intolerância religiosa, racismo, entre outros tipos de discriminações que possam vir a existir na sociedade (Oliveira, 2015, 2016).

Considerando que a educação é laica, assim como as demais políticas no país são (ou deveriam ser), não existe razão legal que dificulte a exploração do tema gênero nas escolas já que são discussões enriquecedoras, quando realizadas com respeito mútuo (Oliveira, 2015, 2016). A ciência e a sociedade avançam juntas quando os debates ocorrem entre indivíduos com diferentes perspectivas, que expõem seus pontos de vista a partir de um diálogo envolto de respeito.

Junqueira (2012), ressalta em seu trabalho que a educação tem um papel central no combate aos estigmas. Apesar das dificuldades existentes no espaço escolar, é nela que se podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimentos, principalmente se os valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos forem subvertidas.

A escola, por ser mantenedora da normatividade cis-hetero, tem levado os/as alunas/os transgêneros/as a abandonarem a instituição de ensino, configurando-se em um tipo específico de evasão escolar, expondo falta de acolhimento aos jovens trans que sentem-se desamparados. Na maioria dos casos, tanto emocionalmente, como financeiramente, pois, a busca por um emprego não é fácil para esse segmento, tendo em vista o preconceito existente no mercado de trabalho, sendo a prostituição, como já colocado, especialmente para as mulheres trans, quando não a única, ou então uma das mais buscadas formas de prover o próprio sustento. Assim, percebe-se, dentro dos espaços educacionais, situações discriminatórias contra as pessoas trans, devido a conveniência das normas de gênero e sexualidade. Bento (2009), explicita em seu texto que a evasão é um tipo de máscara utilizada para encobrir o desejo de excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. “Há um processo de expulsão e não de evasão” (Bento, 2009, p. 167).

A mesma autora, ainda aponta em seu texto, que na realidade não se trata em “saber conviver”, mas, entender que o ser humano organiza e estrutura-se na/pela diferença, assim ela utiliza o argumento de que não se trata de categorizar o estranho como o dessemelhante, mas sim, de considerar que o estranho é, na verdade, semelhante, e reconhecer a extensão da violência consumada para estabelecer a hegemonia disfarçada de uma igualdade, supostamente natural. Bento (2009), ainda aponta, que ao compreendermos a produção das identidades de gênero a partir da violência, entendemos a homofobia como uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais de uma maneira que o poder passa a ser distribuído, regularizando comportamentos dentro e fora do espaço escolar.

A patologização das identidades, autoriza e confere poder àqueles que estão no centro para realizar com as próprias mãos a “asepsia” que deixará a sociedade livre da contaminação. É a patologização das identidades distribuindo humanidade, proferindo sentenças e castigos aos que ousaram romper a lei (Bento, 2009, p. 174).

É necessário, portanto, considerar a presença de um vasto e dinâmico conjunto de normas, injunções disciplinares e mecanismos de controle destinados a estabelecer e impor padrões e normas relacionadas ao corpo, gênero, sexualidade e temas correlatos, seja de forma direta ou indireta. A homofobia, nesse contexto, vai além de questões puramente psicológicas, envolvendo tanto a hostilidade quanto a violência dirigida contra pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, entre outros (Junqueira, 2012).

Junqueira (2012), então, nos diz que o que vemos é um sistema binário que além de normalizador também é normatizador, onde a heterossexualidade é a “régua” usada como parâmetro natural perante as expressões sociais que simplesmente atribui de forma essencial a heterossexualidade, correspondente aos gêneros e suas performances, sendo assim algo “dado” e “pré-discursivo”.

A transfobia, portanto, passa a ser tida e lida não apenas como uma simples brincadeira de mau gosto entre colegas, mas sim, como uma violência tanto simbólica como física, que viola os direitos humanos e sendo um obstáculo na educação plena dos alunos e alunas transgêneros. Somente através da conscientização, da educação e da promoção da aceitação e da igualdade, criaremos um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e empoderador para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero.

1.2 Estado da arte: pesquisas na pós-graduação

Para melhor realizar essa pesquisa, foi realizado um levantamento de teses e dissertações, na área da educação, com as temáticas envolvendo sexualidade, gênero e educação que contemplassem sujeitos trans, como os sujeitos da amostragem, no Catálogo de Teses e Dissertações Capes, contudo, obtivemos poucos resultados. Fomos analisar Repositórios de Universidades Federais e Estaduais, entre elas: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), variando entre os anos 2005 a 2022; ressaltando que nossa pesquisa foi executada na Região Nordeste, no estado de Pernambuco, cidade de Recife. Por esse motivo, elencamos três universidades Federais da respectiva região, pois além de ter aspectos culturais semelhantes entre os estados, as três UFs possuem um vasto repositório no que tange à temática de gênero e sexualidade. Os filtros utilizados para as pesquisas filtrar as pesquisas, foram os termos “trans e educação”; “trans e escola”; “pessoas trans na escola”.

A escolha dos repositórios das Universidades Nordestinas ocorreu pelo fato da pesquisa ter como *locus* uma cidade da Região Nordeste (Recife). Considerando também que a região nordeste é uma das mais violentas contra pessoas trans, e a comunidade LGBTQIA+ como um todo.

A partir desses termos, no Catálogo de teses Capes, e nos demais repositórios institucionais supracitados, foram sugeridas milhares de teses e dissertações, porém, à medida que se fazia a leitura dos títulos, a maior parte deles, em específico as teses, eram voltadas à área da saúde e sem ligação com a educação. Em contrapartida, as dissertações do mesmo catálogo pesquisado, com os mesmos termos, eram voltadas à área da educação, no contexto da educação básica ou nível superior, como podemos observar no quadro abaixo:

Título	Autor(a)	Repositório	Classificação	Univer sidade	Ano 22
O Vôo da Beleza: transvestilidade e devir minoritário	Alexandre Fleming Câmara Vale	Repositório Institucional UFC	Tese	UFC	2005
Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação	Melanie Laura Mariano da Penha Silva	Repositório Digital da UFPE	Dissertação	UFPE	2018
Crítica ao Paradigma da diferença identitária dos corpos: transgressão de gênero como ruptura ética	Cinthia Alves Falchi	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	Tese	UNES P	2018
Pessoas trans na escola: experiências e resistências no contexto do agreste pernambucano	Antônio Alves de Santana	Repositório Digital da UFPE	Dissertação	UFPE	2019
Resistindo para (re)existir: identidades trans por entre experiências e memórias com a escola	Bruno Rodrigues Ganem	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Dissertação	UERJ	2020
Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na “reinvenção do corpo”	Flávia Virgínia Melo Pinto	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	Tese	UFMG	2020
Transgeneridade, universidade e vida: histórias e construções identitárias de mulheres trans	Railson Soares Cardoso	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	Dissertação	UEG	2021
Currículo da vida do corpo trans: corpos performatizados na escrita de si	Laissa Christina Cavalcante Arruda Marinho	Repositório Institucional UFRN	Dissertação	UFRN	2022

ELABORAÇÃO: a autora

Total de teses: 03

Total de dissertações 05

Total de produções: 08

Considerando a tese de Vale (2005), de título “O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário”, existem termos que na atualidade (ano de 2023) não são mais utilizados por inadequação; desse modo, conseguimos entender como as ciências humanas se modificaram em relação ao entendimento dos indivíduos transgêneros e o seu lugar no mundo.

Deve ser ponderado, que a tese é um estudo ligado à sociologia e filosofia, não envolvendo a área de educação. A escolha por inseri-la no estudo aconteceu por representar uma pesquisa antiga e trazer informações de como o corpo trans era visto, nos fazendo refletir sobre alguns pontos, como o número alto de mulheres trans e travestis que sobrevivem na prostituição, arriscando suas vidas, sendo expostas a IST's e possíveis violências, seja moral, física ou psicológica. Assim sendo, tal pesquisa foi de cunho etnográfico e tratou da experiência de um grupo específico da sociedade (mulheres trans e travestis) nas cidades de Fortaleza e Paris, tendo como foco a prostituição.

A seguir, a dissertação escrita por Melanie Laura Mariano da Penha Silva, intitulada “Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação” discute acerca das narrativas sociais que englobam crianças trans, tendo como material para análise matérias jornalísticas digitais sobre crianças transexuais; texto áudio visual da série “Quem sou eu?” produzida pelo “Fantástico” e considerado os discursos de crianças de até 12 anos de idade incompletos.

Na construção teórico-metodológico do trabalho foram utilizados os trabalhos de Laclau e Mouffe e a teoria política do discurso; quanto à perspectiva de gênero, empregou-se o pós-estruturalismo dos estudos de Butler e Bento, para conseguir contemplar a proposta da análise. Por tratar-se de mídias, a autora ainda usou de estudos culturais acerca dos temas abordados por Fischer e Ellsworth. Silva (2018), explanando em seu texto o embate das tentativas da ala neoconservadora política de barrar o debate sobre gênero e orientação sexual em qualquer fase escolar, utilizando o pressuposto da “ideologia de gênero”, justificando que esta seria uma temática danosa às escolas e uma ameaça à instituição familiar. Assim, considerando o contexto de socialização das crianças, em especial às crianças trans, enfatiza que existe uma emergência de narrativas sociais para colocar em foco esse assunto pois, as infâncias trans que são trabalhadas na mídia brasileira, são interpeladas pelo contexto político-social.

A autora ainda explica que à medida que o discurso é concebido pelos sujeitos, é arrolado numa configuração significativa e aberta, sendo possível compreendê-lo como uma condição das práticas hegemônicas.

O terceiro trabalho aqui exposto, trata-se de uma tese, escrita por Cinthia Alves Falchi (2018), intitulado “Crítica ao paradigma da diferença identitária dos corpos: transgressão de gênero como ruptura ética”. Inicialmente, na introdução, destaca-se as comparações da escrita referentes ao poder de ser autor(a) com o falo masculino, remetendo o leitor ao entendimento da escrita como uma conquista que foi árdua, tendo que assumir um falo para ser vista de igual para igual.

A tese da autora traz um comum que é traçado e se estabelece no cerne da crítica que coloca a alteridade como um caminho em direção a uma ruptura ética. Esse comum não está ligado ao sentido de semelhança/similaridade entre dois ou mais corpos, mas sim, como um entrelaçamento que procura colocar em destaque, a partir dos corpos trans, o que chamou de ingovernável, isto é, aquilo que faz simultaneamente os corpos trans continuarem vivos como não-humanos e sobreviventes na governamentalidade. Falchi (2018), ainda traz experiências acerca de sua vivência em espaços escolares que se introjetaram, como experiências únicas, problematizando o próprio corpo. Assim, o objeto da pesquisa é montado a partir das experimentações dos seus relatos e testemunhos, como experimentações temporais que terão também recortes de experiências de outras pessoas.

A dissertação “Pessoas trans na escola: experiências e resistências no contexto do agreste pernambucano”, de Antônio Alves de Santana (2019), tem como objetivo compreender quais as estratégias de resistência de pessoas trans no ensino médio da escola pública, no contexto do agreste pernambucano. Como objetivos específicos apresenta: 1) identificar pessoas trans matriculadas no ensino médio na escola pública, mediante os dados fornecidos pelas referidas unidades, acompanhados das narrativas dos referidos sujeitos; 2) identificar a presença ou ausência de propostas pedagógicas de enfrentamento da transfobia por parte das escolas pesquisadas; 3) conhecer os saberes que emergem das experiências de pessoas transexuais que contribuem para o enfrentamento da transfobia na escola; e 4) caracterizar as estratégias de resistências das pessoas trans nas escolas, em termos de afirmação cidadã e de continuidade da formação escolar.

Santana (2019), traz no corpo do seu texto a compreensão de que a escola é um lugar de tensões, mas também de transformações, abordando a questão do não

reconhecimento das identidades de gênero pelas instituições de ensino, no campo da educação básica. Conclui, que a própria instituição de ensino é responsável por contribuir com o processo de inviabilização e segregação das identidades que são desvinculadas ao binarismo. Os principais autores/as utilizados para a construção do texto foram Bento (2014), Peres (2015), Louro (2001), Foucault (2013), Butler (2001), Miskolci (2016), Silva (2014); Scott (1999); Freire (1997); Sacristán (1990). Entre outros/as.

Para melhor elucidar o trabalho com as questões sociais, fazendo uma ligação direta com o ambiente escolar, destaca a questão do uso do nome social e como a legislação ampara as pessoas trans, em relação aos seus nomes de registro e os adotados por eles, após o entendimento da própria identidade. Desse modo, acredita-se que a partir das reflexões em seu trabalho, o acesso e a permanência dessas pessoas sejam realizados nas escolas, através de uma educação acolhedora, que ampare de fato as reivindicações desse segmento.

Seguidamente, a pesquisa de Bruno Rodrigues Ganem (2020) é uma dissertação de título “Resistindo para (re)existir: identidades trans por entre experiências e memórias com a escola”. Ela teve como objetivo investigar a trajetória de 06 pessoas trans na relação com a escola e a expulsão a que foram/são forçosamente submetidas. A coleta dos relatos foi realizada com a proposta da conversa para obter o resgate da memória escolar. O autor relata que a dinâmica da violência e opressão são traços fortes que moldam a expulsão. Nas considerações finais, traz pontuações sobre a experiência de uso do banheiro na escola e do nome social, bem como, o ambiente escolar como um dos espaços que reforçam a cisheteronormatividade, os preconceitos e estigmas ligados ao gênero e à sexualidade.

A tese de Flávia Virgínia Melo Pinto intitulada “Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na “reinvenção do corpo”, defendida em 2020 na UFMG, Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação, objetivou contribuir com o levantamento de dados para grupos que se organizam pela equidade de gênero, trazendo dados, como a média anual de assassinatos que ocorreram no Brasil, nos anos de 2008 a 2019, de 118,5 mortes de segmentos não cis. Ainda sobre esse levantamento de informações, a autora sublinha o descaso do governo brasileiro em não desenvolver um sistema de censo que tenha relação com a comunidade LGBT. A pesquisa de Pinto (2020) se deu pelo interesse

que gira em torno das práticas informacionais da população trans para obter informações durante o processo de transição de gênero.

Assim, a escolha por tal debate sucedeu pela complexidade das pessoas trans em questionar as normas de gênero, para conseguirem sua aceitação e existência civil. O trabalho objetivou as práticas informacionais desse segmento, analisando o fenômeno por meio da construção histórica dos pressupostos que justificam a hegemonia do gênero. Para a coleta de dados houve a presença de 09 pessoas, variando a idade entre 20 e 55 anos, com escolaridade, desde o fundamental incompleto, até o doutorado em andamento.

O penúltimo trabalho a ser analisado, de Railson Soares Cardoso, tem como tema “Transgeneridade, universidade e vida: histórias e construções identitárias de mulheres trans”. Ele foi defendido no ano de 2021, no programa de Educação, Linguagem e Tecnologias. O autor pensou na proposta ao notar que a presença de pessoas trans é irrisória dentro dos espaços sociais e por conseguinte, ele lincoou essa percepção com os índices de violência contra a comunidade LGBTQIA+, focando majoritariamente nas pessoas trans. A composição dos estudos baseou-se nos escritos de Butler, apoiando-se em sua percepção da existência de mecanismos que regem, legislam o corpo e as identidades.

Cardoso (2021) divide o seu trabalho em quatro capítulos, onde, no primeiro apresenta a compreensão teórica dos achados acadêmicos, culturais, sociais e históricos que estão em volta das identidades de gênero e sexualidade, juntamente das performatividades e performances. Já no segundo capítulo, é feita uma análise dos conceitos que envolvem os corpos transgêneros, dando destaque às questões discriminatórias, reguladoras da patologia médica/psiquiátrica, em relação às identidades de gênero. Ainda, tomando como base o ano de publicação da dissertação (2021), o autor relata a forte presença de discursos que vão contra a patologização das identidades de gênero, uma luta para a compreensão de todas as identidades que se desviam da cisheteronormatividade.

Quanto ao terceiro capítulo, elenca-se as falas dos participantes, evidenciando suas subjetividades que entrelaçam seus percursos pessoais e os percalços sociais que assim, compõem suas vivências, de modo que se percebe, fazerem parte de uma categoria silenciada socialmente pelas normas. E para o quarto e último capítulo foi discutido a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, e também na prostituição, tendo em vista que, é o trabalho que sobra por conta do preconceito

advindo por parte de muitos empregadores, em relação aos sujeitos trans, especialmente. Como já ressaltado, as mulheres trans.

Finalizando o estado da arte, expomos o trabalho de dissertação “Currículo da vida do corpo trans: corpos performatizados na escrita de si”, defendido em 2022 por Laissa Christina Cavalcante Arruda Marinho, no programa de Pós- Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). No primeiro capítulo, ela parte do contexto histórico, situando o gênero em relação as suas construções. No segundo, são mostradas as escolhas e dificuldades que teve para a elaboração do trabalho, assim como, as soluções para os possíveis obstáculos. O capítulo subsequente, relata que encontrou alguns descontentamentos por parte dos entrevistados, descontentamentos sobre seus corpos, e também relacionados a “um currículo impregnado de discursos biológicos e transfóbicos” (MARINHO, 2022, p. 23).

Sobre o capítulo quatro, são destacados os argumentos tecidos para construir e entender as existentes masculinidades e feminilidades, pois, se já não existe de forma tão regrada comportamentos masculinos e femininos para pessoas cis, não deveria existir tal cobrança para corpos não-cis, tendo em vista que as performatividades do gênero sofreram mudanças, juntamente com a cultura. Por último, nas considerações finais, ou como a autora chamou de “desconsiderações quase finais”, afirma que tentou não romantizar as análises, dissertando sobre pessoas cis que são insatisfeitas com seus corpos, assim como homens trans que não desejam passar por cirurgias ou hormonização com testosterona e mulheres trans que não querem se submeter aos procedimentos de “adequação”.

Os trabalhos selecionados foram de extrema relevância à constituição da pesquisa, não somente por colaborar com os desdobramentos de argumentos e análise, mas também por mostrarem a construção histórica desse debate na academia, evidenciando avanços e possíveis lacunas no processo de discussão de uma temática tão emblemática, envolvendo os corpos trans no ambiente escolar.

1.3 Dados de violência contra a população trans no Brasil e em Pernambuco

A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) foi criada no ano de 1992, junto com a fundação ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), no estado do Rio de Janeiro, atuando no cenário nacional. Considerando toda a história por trás de sua criação, ela (ANTRA) tem como missão: identificar, mobilizar, aproximar, empoderar e formar travestis e transexuais em todo o Brasil. Também organiza e disponibiliza, de forma online, dossiês anuais sobre a violência contra trans e travestis, realizada como uma forma de denúncia sobre a discriminação por identidade de gênero. Os dados são retirados de mídias online, como jornais e outros grupos de apoio a causa LGBTQIA+.

No dossiê de 2023, estão explicitados os crimes que ocorreram durante o ano de 2022 no Brasil, com o número de 131 mortes/assassinatos, sendo 130 de travestis e mulheres transexuais e 01 homem trans/pessoa masculina. Se comparado ao ano de 2021, houve uma diminuição, mas não tão significativa se compararmos o ano de 2020 com 2021, no qual em 2020 houve 175 mortes de pessoas trans e 140, em 2021. No gráfico apresentado pelo dossiê são mostrados os números de assassinatos do ano de 2008 a 2022 e, a média desse crime, até então, é considerada alta, ou seja, de 121 mortes. A Associação ainda destaca, que a média é de 121 assassinatos, porém em 2022 eles somaram 131, estando 8 pontos acima.

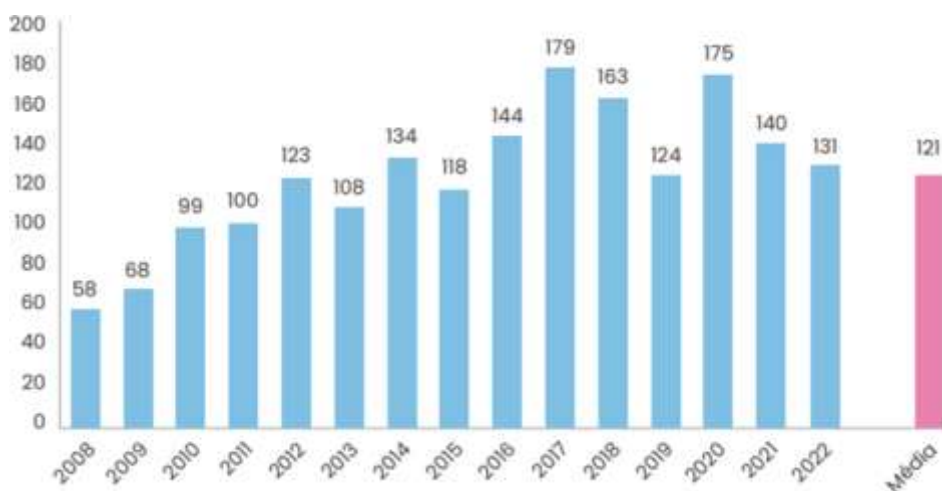


IMAGEM: ANTRA, 202

Brasil e Unidades da Federação	Registros de crimes contra pessoas LGBTQI+*								
	Lesão Corporal Dolosa			Homicídio Doloso			Estupro		
	Ns. Absolutos	2022	Variação (%)	Ns. Absolutos	2022	Variação (%)	Ns. Absolutos	2022	Variação (%)
	2021 ⁽¹⁾			2021 ⁽¹⁾			2021 ⁽¹⁾		
Brasil	2.050	2.324	13,4	176	163	-7,4	199	199	0,0
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alagoas	-	2	2,0	19	18	-5,3	-	-	-
Amapá	21	25	19,0	3	—	-	7	5	-28,6
Amazonas	18	29	61,1	14	8	-42,9	1	6	500,0
Bahia	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	339	435	28,3	31	32	3,2	44	32	-27,3
Distrito Federal ⁽¹⁾	67	67	0,0	1	1	-	4	—	-
Espírito Santo	105	197	87,6	2	9	350,0	7	19	171,4
Goiás ⁽²⁾	21	26	23,8	-	2	2,0	1	—	-
Maranhão	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	20	40	100,0	8	8	-	—	—	—
Mato Grosso do Sul	19	28	47,4	8	5	-37,5	11	11	-
Minas Gerais	471	517	9,8	18	14	-22,2	27	27	-
Pará	19	59	210,5	5	12	140,0	2	3	50,0
Paraíba	6	5	-16,7	6	7	16,7	—	—	—
Paraná	99	91	-8,1	14	7	-50,0	16	8	-50,0
Pernambuco ⁽³⁾	655	540	-17,6	28	30	7,1	55	52	-5,5
Piauí	13	39	200,0	6	5	-16,7	4	2	-50,0
Rio de Janeiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	33	52	57,6	10	1	-90,0	3	3	-
Rio Grande do Sul	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rondônia	10	5	-50,0	-	-	-	-	-	-
Roraima	26	22	-15,4	1	2	100,0	1	8	700,0
Santa Catarina	76	108	42,1	—	—	-	2	8	300,0
São Paulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe ⁽⁴⁾	2	8	300,0	-	-	-	10	6	-40,0
Tocantins	30	29	-3,3	2	2	—	4	9	125,0

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023

Até então, de acordo com a ANTRA, o estado de Pernambuco foi o que mais matou pessoas trans em 2022 e, de acordo com a página de jornal online Brasil de Fato (BdF), no ano de 2020, houve 604 ocorrências de lesão corporal dolosa contra a população LGBTQIA+. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, foi feito um levantamento dos diversos crimes que ocorreram no Brasil no ano de 2022, entre eles, o crime de Injúria Racial e LGBTQIA+, dentre estes, apenas Pernambuco foi responsável por 54 casos de racismo por homofobia ou transfobia; ainda no anuário, existe uma parte específica de registros criminais contra a população LGBTQIA+, onde existe a divisão anual (2021/2022) e o tipo de crime: lesão corporal dolosa, homicídio e estupro.

A tabela acima, além de trazer o número absoluto de crimes cometidos no país, faz também a divisão por Unidade Federativa; ressalta-se nela o estado de Pernambuco por ser o foco da pesquisa. Assim, este estado, teve 30 pessoas LGBTQIA+ assassinadas, sendo enquadradas no crime de homicídio doloso no ano de 2022, duas a mais, se comparado com o ano anterior.

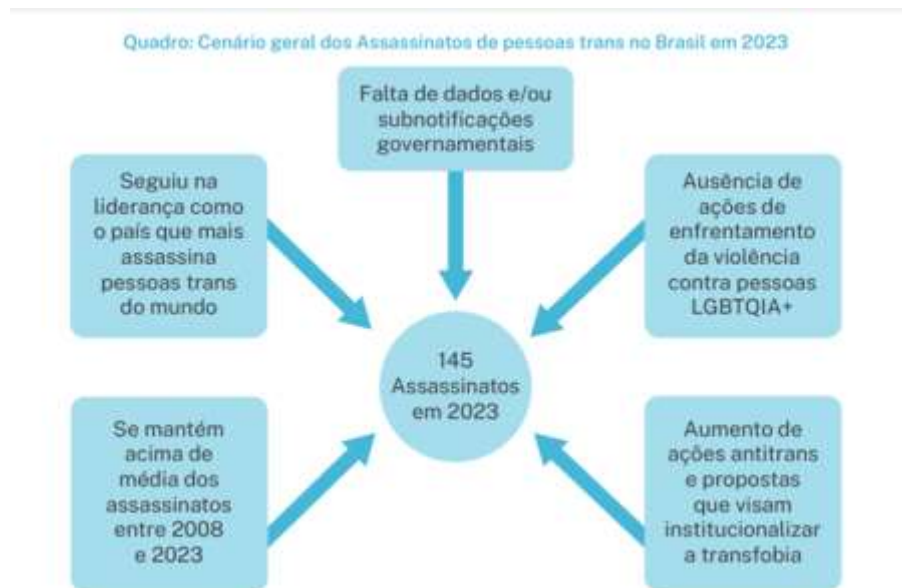
No início de 2024, A ANTRA, lançou o dossiê com dados referentes aos acontecimentos de 2023, onde foram mapeados 145 casos de pessoas trans

assassinadas, sendo um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior (2022). 05 assassinatos foram cometidos contra pessoas trans que defendiam os direitos humanos e 136 foram contra travestis e mulheres trans-transsexuais e 09 contra homens trans e transmasculinos.



ANTRA, 2024.

Benevides (2024) salienta que a média de assassinatos de 2008 a 2023 é menor se comparado ao número de assassinatos de 2023, contudo, fica-se nítido que continua 15% acima da média dos assassinatos em números absolutos.



ANTRA, 2024.

O quadro acima traz as informações que são usadas como referência para os principais elementos considerados para análise da ANTRA, e então se pensar em modos de enfrentamento efetivos contra a violência transfóbica e complexificar os contextos da violência contra pessoas trans no Brasil.



ANTRA, 2024.

O gráfico acima exemplifica a taxa de assassinatos mês a mês no país, onde, pode ser visto que, maio e agosto foram os meses com menos mortes, num total de 07 mortes nos respectivos meses, e sendo janeiro e novembro com a taxa mais alta, respectivamente 18 e 17 assassinatos de pessoas trans.

Tabela Ranking por estado

Ranking	Estado	2023	Estado	2022	Estado	2021	Estado	2020	Estado	2019	Estado	2018	Estado	2017
1ª	SP	19	PE	13	SP	25	SP	29	SP	21	RJ	16	MG	20
2ª	RJ	16	SP	11	BA	13	CE	22	CE	11	BA	15	BA	17
3ª	CE	12	CE	11	RJ	12	BA	19	BA	8	SP	14	CE	16
4ª	PR	12	MG	9	CE	11	MG	17	PE	8	CE	13	SP	16
5ª	MG	11	RJ	8	PE	11	RJ	10	RJ	7	PA	10	RJ	14
6ª	BA	10	AM	8	MG	9	AL	8	PR	7	MG	9	PE	13
7ª	PE	9	BA	7	GO	7	PE	7	RS	7	MT	8	PB	10
8ª	AM	7	PR	6	PR	7	RN	7	GO	6	PR	8	PR	9
9ª	PB	7	PA	6	PA	6	PB	5	AM	5	RS	8	AL	7
10ª	AL	5	ES	6	AM	4	PR	5	MA	5	PE	7	ES	7
11ª	MS	5	GO	5	MA	4	RS	5	MG	5	AM	6	PA	7
12ª	ES	4	MT	5	RS	4	GO	4	MT	5	ES	6	MT	6
13ª	PA	4	MS	5	ES	3	MT	4	PB	5	GO	6	AM	5
14ª	GO	3	SE	5	MS	3	PA	4	ES	4	RN	6	GO	5
15ª	MA	4	AL	4	MT	3	SC	4	PA	4	PB	5	RO	5
16ª	RS	3	PB	4	AL	2	AM	3	RN	4	SE	5	SC	5
17ª	PI	2	MA	4	AP	2	ES	3	AL	2	SC	4	TO	3
18ª	RO	2	RN	3	DF	2	MA	3	RO	2	AL	3	DF	2
19ª	AP	1	RS	2	PB	2	RO	3	TO	2	MA	3	MA	2
20ª	DF	1	SC	2	PI	2	DF	2	MS	1	DF	2	MS	2
21ª	MT	1	DF	2	SC	2	MS	2	PI	1	MS	2	SE	2
22ª	RN	1	RO	1	AC	1	PI	2	RR	1	PI	2	AC	1
23ª	AC	0	PI	1	RN	1	SE	2	SE	1	RO	1	AP	1
24ª	RR	0	RR	1	RO	1	AC	1	AC	0	RR	1	PI	1
25ª	SC	0	AC	0	SE	1	RR	1	AP	0	TO	1	RN	1
26ª	SE	0	TO	0	RR	0	TO	1	SC	0	AC	0	RR	1
27ª	TO	0	AP	0	TO	0	AP	0	DF	0	AP	0	RS	1

ANTRA, 2024.

Benevides (2024) faz uma comparação entre os estados em relação ao ano anterior. Em São Paulo, houve um aumento de 73% no ano de 2023 se comparado ao ano de 2022, saltando de 11 para 19 casos. Quanto ao Rio de Janeiro, os casos dobraram, de 08 casos para 16 no ano de 2023. Na Bahia, houve um aumento de 03 casos de assassinatos, saindo de 07 para 10, sendo considerado o estado da Região Nordeste com maior número de assassinatos. Benevides, destaca que Pernambuco foi o único estado em que ocorreu uma queda nos números de ocorrência, saindo de 13 casos no ano de 2022 para 09 ocorrências.

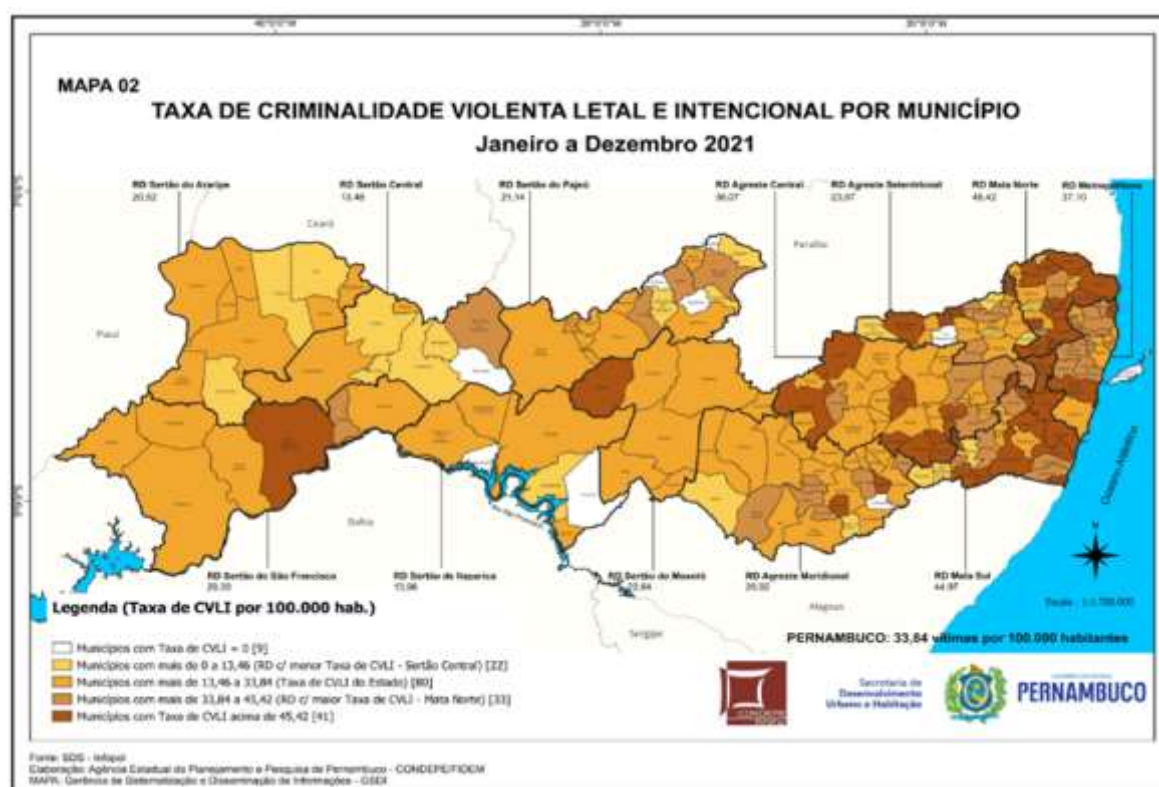
A Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE) publicou pela última vez um Anuário sobre os crimes que ocorreram em cada município do estado no ano de 2021. Nele, a SDS disponibilizou gráficos e tabelas com os índices de criminalidade de cada município com a divisão regional respectiva.

A SDS apresenta os seguintes tipos de crime: Crime violento letal e intencional (CVLI) e tendo os subgrupos: Conflitos na comunidade, excludente de ilicitude, Crime Violento Contra o Patrimônio (CVP) resultante em morte, conflito afetivo ou familiar (exceto feminicídio), feminicídio, outra motivação, motivação não informada.

RD/Município	2021								
	Total CVLI	Categoria de Motivação							
		Atividade Criminal	Conflito na Comunitate	Excludente de Ictute	CVI Resultante em Morte	Conflito Afetivo ou Familiar (Exclto Feminicídio)	Feminicídio	Outra Motivação	Motivação Não Informada
Metropolitana	1.533	1.231	96	63	65	30	30	20	8
Alreu e Lima	35	30	2	1	0	0	1	0	1
Araçoiaba	7	6	1	0	0	0	0	0	0
Cabo de Santo Agostinho	178	150	9	6	8	0	4	1	0
Camaragibe	58	44	5	2	4	1	1	1	0
Fernando de Noronha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Igarassu	50	37	2	0	6	3	1	0	1
Illa de Itamaracá	23	22	0	1	0	0	0	0	0
Ipojuca	36	34	1	5	6	0	0	0	0
Itapissuma	10	6	0	2	0	1	1	0	0
Jaboatão dos Guararapes	276	235	14	9	11	9	2	3	2
Moreno	23	20	3	0	0	0	0	0	0
Olinda	129	112	5	3	2	1	4	1	1
Paulista	99	87	11	9	2	4	3	2	1
Recife	562	449	40	23	15	10	12	11	2
São Lourenço da Mata	47	36	3	2	1	1	1	1	0
Mata Norte	283	166	51	15	15	8	8	17	3
Aliança	15	5	7	0	1	1	0	1	0
Buenos Aires	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Camutanga	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Carpina	17	9	6	1	0	0	0	0	1
Chã de Alegria	12	3	2	0	3	0	2	0	2
Condado	9	6	1	0	0	1	0	1	0
Ferreiros	11	7	1	2	0	0	1	0	0
Glória do Góia	15	11	0	0	2	2	0	0	0
Goiana	37	21	9	1	4	0	1	1	0
Iambé	24	18	1	0	2	0	0	3	0
Itaquitinga	16	12	4	0	0	0	0	0	0
Lagoa de Itaenga	9	7	2	0	0	0	0	0	0
Lagoa do Carro	10	5	2	1	0	0	1	1	0

FONTE: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/, 2021.

Diferente das Associações como a ANTRA, a Secretaria de Defesa Social (SDS) até a presente publicação (2021) não faz a divisão de crimes referentes aos crimes de ódio como a LGBTfobia, mesmo existindo a lei Nº 10.948/2001 que pune administrativamente a descriminalização por orientação sexual e identidade de gênero. Lembrando, que no ano de 2023 a Lei 14.532/2023 equipara a LGBTfobia com a Injúria Racial, onde a pena pode chegar a 05 anos e é inafiançável. Assim, considerando a última data de publicação de Anuário da SDS e a nova lei de equiparação da LGBTfobia, acredita-se que as próximas publicações serão feitas com a nova atualização da lei n 14.532/2023, discriminando a LGBTfobia como mais uma categoria dentro do anuário.



FONTE: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/, 2021.

O mapa acima, representa o estado de Pernambuco com suas regiões e seus respectivos municípios, nos proporcionando uma visão mais ampla em relação aos dados que foram apresentados na tabela acima.

Nos jornais locais do estado, existem notícias que podem ser acessadas de forma online e gratuita, que relatam diversos casos de transfobia dentro do ambiente escolar, a exemplo, G1 Pernambuco e da Folha de Pernambuco que cobriram, entre outros casos, a notícia sobre um caso de transfobia que ocorreu no Colégio da PM, localizado no Derby, onde um discente, além de sofrer transfobia, sofria também bullying de um professor e uma monitora, sendo obrigado a vestir o uniforme feminino e as demais adequações referentes às alunas; também não tinha o seu nome social respeitado, devendo apresentar-se com o nome do registro durante as atividades do colégio.

Sabe-se, que existem regras duras e inflexíveis em colégios militares, que podemos interpretar como sendo uma forma de controlar os corpos que estão sob seus cuidados durante o período letivo, adequando-os aos comportamentos socialmente aceitos, inibindo as subjetividades existentes, que são formadas muito

antes do contato formal com a escola, sendo ela cívico-militar ou não. Sobre outro ocorrido em escolas de Pernambuco, destaca-se um outro caso de transfobia, agora contra duas alunas trans numa escola da rede estadual no município de Paulista, Região Metropolitana do Recife. O caso, foi noticiado pelo jornal Brasil de Fato (BdF) em fevereiro de 2022. As duas alunas foram barradas por outros estudantes de entrar na fila feminina da merenda, assim como também foram hostilizadas por esses adolescentes com gritos e xingamentos ao tentarem entrar na fila da merenda. Quando saíram, se depararam com comidas sendo arremessadas sua direção, além de terem os seus nomes de registros sendo proferidos como forma de desrespeito às suas identidades de gênero. As alunas, ainda relataram que não são apenas os colegas que desrespeitam suas identidades e nomes sociais, alguns professores também.

Esse índice de assassinatos de pessoas trans, ocorridos em Pernambuco e os casos de transfobia sucedidos especificamente no ambiente escolar, não incluem agressões verbais e físicas sofridas por esse segmento nas ruas, na família, trabalho, entre outros lugares. Essas agressões, não podem ser considerados casos isolados, como muitas vezes é apontado pela mídia conservadora. Vale lembrar que o Brasil, no ano de 2023, segue na liderança dos países que mais matou pessoas trans, permanecendo como líder pelo 14º ano consecutivo. Desse modo, algo necessita ser feito e políticas públicas têm que emergir, no sentido de garantir a vida de sujeitos desse segmento, cuja expectativa de vida gira em torno dos 35 anos, enquanto uma pessoa cis no Brasil tem média geral de 77.

Assim, a escola por ser um espaço, um local onde se formam opiniões, deve instruir/conscientizar seus agentes de modo a lidar com as situações adversas causadas pelos estigmas (Oliveira, 2007), garantindo acolhimento ao alunado que não segue a normatividade sexual padrão. No entanto, o comportamento omissivo/permissivo dela em relação a isso, ajuda a expor as vidas de mulheres e homens trans, que já se encontram em situação de vulnerabilidade, estimulando sua expulsão/evasão escolar.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Gêneros e sexualidades como construções históricas

O conceito de gêneros, neste estudo, é entendido como um conjunto de sistemas existentes entre os contextos sociais, familiar e religioso e o sexo biológico. Entretanto, sua definição não deve estar diretamente ligada e/ou determinada pelo sexo, e vice-versa, de modo que o sexo não se configura como determinante da sexualidade do indivíduo. (Butler, 2003; Louro, 2003; Scott, 1995).

Moreira e Marcos (2019) citam Saffioti, onde a socióloga, usa o gênero como categoria de modo que seu entendimento sobre o gênero é colocado em uma categoria histórica, demandando assim, uma investigação intensa e investimento intelectual.

Logo ao nascermos, somos incluídos em “moldes” e a partir deles, educados e estimulados a seguir padrões performáticos da categorização de gênero que nos foi determinada desde a primeira respiração. Tais categorizações, são binárias como citamos, ou seja, atuam em dois extremos: homem e mulher, masculino e feminino, hétero e homo. Para Butler (2003), o molde binário em homem e mulher é limitado; desse modo, defende a tese de que as identidades são fluídas e não seguem padrões ou repetições. Neste aspecto, de acordo com Scott (1995), a ideia de categorias ambíguas (binarismo em Butler) é uma imposição social, cultural e econômica que nos remete ao pensamento Foucaultiano de que não existe um “fazedor”, uma origem primeira dos sexos e gêneros, mas sim, existem instituições que nos atravessam, reforçando e renovando tradições neste campo.

Consequentemente, os indivíduos são sujeitados por um poder pré-discursivo que é o gênero, de um modo que não se é questionado, onde é apenas aceito aquilo que foi apresentado como verdade, dando atribuições sociais ligadas ao gênero que regerá o indivíduo em todos os campos onde ele esteja inserido.

O modelo habitual para entender esse processo é este: o poder se impõe sobre nós; enfraquecidos pela sua força, nós interiorizamos ou aceitamos seus termos. O que essa descrição não diz, no entanto, é que “nós” que aceitamos tais termos somos fundamentalmente dependentes deles para “nossa” existência. Não existem condições discursivas para a articulação de um “nós” qualquer? A sujeição consiste precisamente na dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação (Butler, p. 10, 2022).

Para Wharton (2005) a sociedade tende a esperar comportamentos e reações específicas em relação às pessoas, baseando tais expectativas na categoria do sexo, assim, a sociedade heteronormativa presume que os indivíduos terão as mesmas reações comportamentais, respaldando-se apenas no sexo biológico e consequentemente, nos preceitos do que homem e mulher devem ou não fazer. Mas, os gêneros não são premeditados e/ou de escolha dos indivíduos, pois como a cultura, são nuances que irão performar e agir de forma construtora sob o sujeito que está inserido na sociedade.

As sexualidades e os gêneros possuem desse modo, um conversar próprio entre si, porém não deixam de estar ligados ao/e com o corpo, recebendo, todavia, pouco peso advindo da cultura e do processo histórico/relacional. A formação dos gêneros e das sexualidades, neste caso, têm forte ligação com os prazeres, proibições, fugas, saberes e poderes, etc (Ferrari, 2014).

Butler (2019) fala sobre a materialidade dos corpos e de seu vínculo à performatividade dos gêneros; sobre a diferença sexual e aponta que elas são marcadas e formadas por práticas discursivas que fazem a categoria “sexo” ser normativa. Já para Foucault (1991) tal categoria pertence ao que denominou de “ideal regulatório”. Em concordância com Foucault, Butler (2019) defende que o “sexo”, além de funcionar como norma, é também uma prática regulatória de tal maneira que possui “um poder de produzir, demarcar, circular e diferenciar os corpos, controlando-os” (Butler, 2019. p. 15). Dessa forma, o “sexo” é uma construção forçada ao longo do tempo que leva a uma materialização ideal, no entanto, essa construção nunca está completa pois, os corpos não cumprem de maneira integral as normas que são postas por essa materialização.

Butler (2019) esboça alguns pontos sobre a materialidade dos sexos, sendo o primeiro que a matéria dos corpos é efeito dinâmico de poder e ela é indissociável das normas que o regulam. O segundo, compreende a performatividade, não como um ato que traz à superfície aquilo que o nomeia, mas como um poder reiterativo que produz, impõe e regula os fenômenos. O terceiro ponto, vem da construção do “sexo” que não é mais o responsável pela construção do gênero de forma artificial, porém sim, como norma cultural que comanda a materialização dos corpos. No quarto ponto, a autora afirma que o sujeito quando assume/apropria-se de uma norma corporal, se submete a uma etapa pois, o “eu” falante passa pelo processo de assumir um sexo. No quinto e último ponto, ele defende que é a ligação entre o processo de reconhecer

um sexo e ligá-lo a sua identificação e aos meios discursivos que possibilita a identificação com a heterossexualidade, excluindo e ou negando outras identificações.

Quanto à construção e materialização, a autora defende a desconstrução dos gêneros prontos e acabados que estamos habituados a enxergar nos corpos, sublinhando que para que haja a “construção” dos gêneros, há necessariamente o envolvimento da cultura ou um agenciamento social que atue sobre uma natureza. No entanto, essa natureza tem uma história e não é exclusivamente social e o sexo também não deve ser entendido de um único modo, pois sua historicidade também é ambígua, haja vista que a história dos sexos é coberta pela figura do lugar e/ou da superfície de inscrição deles no social e quando se pensa nesse ponto, supõe-se que a construção do social anula o natural e baseando-se nessa interpretação, as diferenças entre sexos e gêneros são diluídas, seguindo por linhas paralelas, logo, o “gênero é o significado social que o sexo assume em determinada cultura” (Butler, 2019. p. 20)

Sendo assim, nota-se que gêneros e sexualidades não são definições permanentes, mas históricas e mutáveis. É notório que a maioria das sociedades possuem algum tipo de distinção entre feminino e masculino e normalmente ela está ligada diretamente aos corpos, mas isso não quer dizer que eles estejam sendo compreendidos da mesma maneira em todas as partes do mundo e culturas (Louro, 2003).

Para Bento (2006), um dos modos de reproduzir a heteronormatividade é a partir dos meios sociais que nos cercam, como a escola, por exemplo, ou nas nossas próprias casas. Nestes espaços “fabricam-se” corpos-homens e corpos-mulheres e a partir dessa fabricação são cultivadas as identidades de sexos diferentes com aparências de “naturais” e, conseqüentemente, disposições sexuais opostas, ou seja, o corpo-mulher sente-se atraído pelo corpo-homem e vice-versa.

Junqueira (2012) traz um elemento que é comum entre as pessoas, que para quem é de fora do meio LGBTQIA+, acha que está tudo bem usá-la como um disfarce para as frases preconceituosas proferidas, sendo esse elemento as brincadeiras que muitas vezes quem as pratica, reverberam “brincadeiras” de cunho heterossexistas e homofóbicas, sendo elas um grande aliado dos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão.

Como as sexualidades e os gêneros são identidades, Hall (2000) evidencia que tais identidades não são erguidas fora das diferenças e sim por meio delas e que somente com a interação com o outro, o exterior constitutivo, elas podem ser construídas. Neste caso, a construção das identidades reflete um processo de autorreconhecimento em que paradoxalmente lidamos com o reconhecimento de segundos e terceiros que não compartilham dos mesmos atributos que nós (Louro, 2010).

Neste aspecto, a heterossexualidade não é algo natural, mas sim social e ela é utilizada como uma das bases, entre outras, para a opressão das mulheres, sendo constantemente renovada graças as diferenças dos sexos marcadas por frases do tipo “isso não é coisa de mulher”, “mulher tem que se dá ao respeito” (Falquet, 2012). Sendo assim, as heterossexualidades quando tidas como naturais, terão diferentes ordens, dentro das diferenças dos gêneros, e a repetição dos papéis de gênero garante os discursos delas (Pinho; Pulcino, 2016).

2.2 Formação identitária a partir dos conceitos de performance e performatividade

Quando se fala sobre performance, no imaginário de muitos, deve emergir a imagem de apresentações, shows, espetáculos teatrais e entre outras formas de arte que venham a ter sujeitos interpretando personas, o que não está errado, contudo a performance abordada aqui, foi formulada por Judith Butler e não tem o palco como limítrofe para descrever o conceito, para ela a performance vai além da encenação dos papéis pré-determinados.

As crianças, ao longo do seu desenvolvimento vão compreendendo e incorporando os discursos sobre gênero, “o que é ser menina?” e “o que é ser menino?”. O que é permitido para cada gênero? Assim, fica explícito que essa construção binária do gênero se dá pelas influências sociais e familiares que demarcam comportamento, gosto e sentimentos, alinhando-os a concepção heteronormativa, reforçando a dualidade do gênero (Silva et al, 2021).

A autora levanta a hipótese de que o sistema binário que nos é instituído limita o gênero, relacionando-o ao sexo, determinando assim o gênero e a sexualidade pelo sexo. Nesta perspectiva, os gêneros são construídos perante as performances ditadas pelas sociedades e na imensa maioria delas acredita-se que o sexo biológico é o

gênero, tornando assim os gêneros uma essência do feminino e do masculino de modo permanente, dificultando o trato de configurações outras sobre eles que não estejam ligadas à heterossexualidade compulsória (Butler, 2010).

Moreira e Marcos (2019) reforçam a teoria de Butler sobre o sexo e o gênero serem estabelecidos socialmente como uma estrutura pré-discursiva, fazendo ligação direta do gênero com o sexo biológico. Butler, diz que o gênero não deveria ser compreendido como uma essência, pois a partir do momento que nascemos não existe uma “configuração” inata do gênero e dos comportamentos/papeis atrelados neles de modo que a performance do gênero é aprendida ao mesmo tempo que é ensinada, nos levando a essa sensação de ter a necessidade de estar alocado ao gênero correspondente, ao sexo biológico e por consequência, aos comportamentos que foram atrelados ao gênero.

A performatividade é marcada por gestos, atos e representações socialmente construídos e que são mostrados de forma exteriorizada aos corpos; ela é a produtora de efeitos nos corpos dando significados performáticos a eles (Butler, 1999). Para Butler (2011), o corpo não é apenas existencial, mas uma contínua materialização de oportunidades e os indivíduos não são apenas a sua forma exteriorizada, ou seja, os corpos são históricos, se reinventam, não sendo iguais aos seus antecessores ou aos seus sucessores. Desse modo, é possível observar que ao longo da história houve inúmeras reivindicações por parte das mulheres, a exemplo: desde o poder de voto, igualdade salarial, e entre outras coisas que antes, eram atrelados apenas como benefício aos homens. Assim, as mulheres passaram a ocupar espaços que antes eram exclusivamente masculinos, permitindo que os papeis de gênero fossem repensados e reformulados trazendo novas formas da performatividade existir.

A Complexidade do processo de instauração social de uma identidade se anuncia quando um sujeito se põe em discurso. Definir e explicar o que “eu sou” é inaugurar disputas implícitas com outras identidades, com alteridades que provam a “minha subjetividade”. Este é o mecanismo mediante o qual os sujeitos incorporam aspectos e os transformam, total ou parcialmente, enquanto elementos constitutivos de suas identidades” (Bento, p. 69, 2012).

A performatividade é algo entendido e expresso pelos sujeitos, sendo considerado que inúmeras são as formas de expressões formativas das identidades (como por exemplo, atos, gestos e desejos). O corpo aqui, é entendido como uma tela que está rabiscada, desde antes do seu nascimento; estes rabiscos são um conjunto de preceitos fixados a partir do gênero que lhe foi determinado e juntamente com isso

vêm as expectativas alheias e as funções sociais que estão de acordo com o gênero do indivíduo (Butler, 2010). O pintor dessa tela será o sujeito, dono deste corpo, que nele colocará representações e expressões que se fizerem presentes no íntimo do seu ser; porém, em contrapartida, a sociedade pinta o corpo de maneira genérica, sem levar em consideração essas representações íntimas do ser. Diante disso, verdades sobre os gêneros são construídas, reproduzindo a fabricação da superfície dos corpos; com isso, não estamos afirmando que os gêneros são falsos, mas também não são verdadeiros, visto que, representam discursos sobre uma identidade primária e estável, reiteramos, fabricada (Butler, 2010).

A verdade absoluta é algo inexistente e o corpo é histórico, construído e performado de maneira social. A vivência é inerente ao sujeito, mesmo que seus atos performáticos não sejam intrínsecos, esses atos não tornarão suas vidas menos verdadeiras ou falsas, mostrarão apenas que cada indivíduo constrói sua narrativa e por meio desta, torna visível suas performances. Essa visão causa estranhamento para a sociedade heteronormativa, adepta do binarismo de gêneros, determinado a partir do órgão sexual.

[...] então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (Butler, p. 223, 2021).

O gênero por ser uma construção social e cultural dá ao sujeito inúmeras possibilidades de performá-lo, de viver essa experiência das mais diferentes maneiras, assim, seguindo Butler, os gêneros não são falsos, mas também não são verdadeiros, originais ou derivações, podendo se tornar algo incrível.

2.3 Transexualidade/transgeneridade

Durante o período da Renascença (XIV-XVI), os médicos da época consideravam a existência de um único sexo, porém socialmente falando existiam manifestações de pelo menos dois sexos, eles tinham direitos e obrigações completamente opostos, “e relacionavam-se aos graus, mais altos ou mais baixos, da escala corpórea do ser” (Moreira e Marcos, p. 598, 2019). As autoras ainda apontam em sua pesquisa que o termo “transexual” foi cunhado em 1949 pelo doutor D. O Caudwell em uma publicação na revista de educação sexual de Gernsback, *Sexology* e o termo transexualismo criado em 1953 pelo médico clínico Harry Benjamin que

tornou-se conhecido como “pai da transexualidade”. Benjamin, após anos sendo médico clínico, mudou sua carreira para a área da psiquiatria, levando consigo o termo transexualidade e alocando-o na categoria de distúrbio puramente psíquico da identidade sexual, tendo como característica a convicção inabalável de pertencimento ao sexo oposto.

A identidade de gênero e a transexualidade ficaram intimamente ligados. Então, no ano de 1966, o Hospital Johns Hopkins, nos Estados Unidos da América (EUA), anunciou a formação de uma clínica de Identidade de Gênero, onde teve a sua primeira cirurgia de mudança de sexo em um caso de transexualidade. Nos EUA ainda teve o cirurgião urologista Elmer Belt que havia conduzido algumas cirurgias, mas que não duraram muito tempo em Los Angeles (Moreira e Marcos, 2019).

Durante a década de 1980, a transexualidade/transgeneridade foi posta pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA), na terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, incluindo-a em “Transtornos de Identidade de Gênero”. Esse documento, trazia descrições de comportamentos naturalizados, bem como diagnóstico e condutas de tratamento, formando assim um instrumento de referências para profissionais da saúde mental de todo o mundo.

Ainda que a OMS tenha removido a transexualidade/transgeneridade do rol de doenças mentais, do Código Internacional de Doenças em 2018, e que tenhamos avançado com isso, o indivíduo transexual só é visto socialmente como sujeito trans quando se é feito o diagnóstico de “transexualismo” – indicativo de doença – no qual é visto através de um quadro de “sintomas”, formando assim a imagem de um ser “verdadeiramente transexual”, descartando as demais experiências trans que não fazem parte dos estereótipos. (Bento, 2006. Sousa, 2019).

A transgeneridade é marcada por diferentes definições e uma delas é o transexualismo (termo cunhado que classificava como doença) indicada pelo Código Internacional de Doenças (CID) e também por determinação do Ministério da Saúde. Essa classificação ficou em vigor do ano de 1996 a 2018, marcado pelo remanejamento de categoria, não mais pertencendo a lista de “doenças mentais”, agora fazendo parte da categoria “saúde sexual” juntamente com a “incongruência de gênero”. (OMS, 2018).

(Cohen, 1999. Apud em Sampaio e Coelho, 2013), elucida que o CID é um código de etiquetas, onde, o que se é definido como doença é uma convenção que

pode ser alterada. Logo, entende-se que o CID não deve ser visto como uma verdade absoluta sobre o conceito de doença.

Mesmo que as pessoas transexuais não tenham nenhum tipo de deformidade nos seus cromossomos, ainda assim, são tidas como doentes mentais, por muitas vezes agirem e performarem fora dos padrões heteronormativos, isto é, de maneira diferente ao modo que foi predeterminado de acordo com o seu sexo biológico, especialmente, por um setor conservador da sociedade que insiste em produzir a ideia de uma sociedade baseada apenas nos papéis tradicionais de homem e mulher.

A transgeneridade pode ser compreendida como a manifestação do gênero oposto ao que foi designado ao nascimento; em muitos casos as pessoas trans relatam que sentem disforia de gênero relacionada ao corpo ou apenas em partes, porém esses anseios diante do corpo não, necessariamente, serão suficientes para determinar que alguém é uma pessoa transexual. Para Lomando (2014), as disforias são experiências que seguem um roteiro para concluir se o indivíduo é ou não transexual, pois, as pessoas trans encontram maneiras de subjetivarem seus corpos e moldar resistências ao normativo, construindo assim seus corpos e suas identidades a partir da sua singularidade, criatividade e vivências.

Os enunciados “sexo e gênero” sempre são correlacionados por indivíduos que não sabem distingui-los, por acharem que um depende do outro para definir o sexo e/ou gênero de um sujeito, atribuindo assim, a identidade mulher aos indivíduos que tem o sexo biológico feminino (vagina) e a identidade homem ao sexo biológico masculino (pênis) e, essas características sexuais seriam responsáveis por produzirem naturalmente o aspecto heterossexual nos indivíduos. (Sousa, 2019).

Na fase em que o desacordo com o corpo ou mais especificamente as áreas do corpo que revelam o sexo biológico passa a produzir sofrimento devido a sua incongruência com o sexo psicológico e o gênero a que se sente pertencer, acentua-se o desejo de um corpo que corresponda à própria identidade. Para os adolescentes transexuais, diferentemente dos demais, os caracteres sexuais que surgem na adolescência produzem descontentamento e incômodo (Sampaio e Coelho, p. 06, 2013).

Bezerra (2012). nos diz em seus escritos que o corpo é o responsável por expressar os desejos, sentimentos (sejam eles bons ou ruins) e emoções dos indivíduos. Desse modo, o ser humano é alguém relacional e seu corpo reage de acordo com as afrontas que são realizadas sobre ele, logo, entende-se que tal corpo é construído e recortado pelos fatores culturais, históricos, sociais e também pelos aspectos biológicos. Todavia, como a sociedade não entende o corpo trans assim, o

desqualifica, gerando estigmas sobre ele. Um corpo estigmatizado, é um corpo deixado à margem, precisando se reafirmar sempre que necessário para ter sua identidade reconhecida socialmente (Oliveira, 2007).

Diante disso, quando se fala sobre a “expansão” das minorias - afrodescendentes, mulheres, pessoas periféricas e a comunidade LGBTQIA+, em especial os sujeitos transgêneros - em espaços onde a ocupação antes era necessariamente “pertencente” a pessoas brancas, homens, hétero e classe média/alta e ricos, muitas vezes se camufla a problemática de que essas minorias passaram apenas a ser suportadas dentro desses ambientes. Dessa maneira, quando esses corpos (minorias) começaram a adentrar e compartilhar dos mesmos espaços (desde escolas, universidades, cargos de alto escalão e entre outros), passando a coexistir coletivamente, pode-se estabelecer uma atitude relacional de aproximação e/ou de afastamento de modo que se o afastamento se sobrepor, ele pode implicar em negação do “Outro”, inviabilizando a legitimidade de existir dessa identidade diferente (Oliveira, 2007).

Sendo assim, muitas vezes esse Outro não é aceito em suas diferenças, caracterizando tal atitude em estigma este pautado, pela noção de uma identidade “ideal” em torno de questões, entre outras, que envolvem gêneros, sexualidades e religiões. Oliveira (2007), ainda afirma que o estigma possibilita para um indivíduo ou um grupo, que características específicas como por exemplo, a sexualidade, a religião e/ou a cor da pele passem por situações de condenação e mesmo que essas pessoas tenham outras características que possam ser aceitas, esses indivíduos são julgados e invisibilizados por esse atributo que os estigmatiza.

Diante disso, considerando que este projeto de dissertação está estruturado dentro do pensamento pós-estruturalista de Judith Butler, fica entendido que nossa pesquisa está sendo projetada visando ir além da lógica binária entre sexo e gênero, sujeito e objeto.

Dessa forma, salientamos a necessidade da compreensão dos corpos/sujeitos transgêneros e suas nuances, por suas subjetividades, para assim, na esfera educacional, ler esses corpos respeitando seus limites, mas sobretudo, ressaltando suas possibilidades. Neste caso, situando esta pesquisa na linha de Identidades e Memórias, nos predispomos a entender as trajetórias percorridas por pessoas trans nas escolas por meio de suas histórias de vida, isso feito numa perspectiva identitária e de uso das memórias. Assim sendo, percebemos que esta pode ser uma, dentre

outras, uma maneira de se rever o formato escolar, buscando ajudar a transformar estabelecimentos educacionais em lugares acolhedores e não afugentadores desses grupos.

2.4 Caminhos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa por não preocupar-se com o teor numérico, mas sim em sondar a compreensão de um determinado grupo amostral; aqueles/aquelas pesquisadores/as que optam por adotar esta abordagem não podem fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças modifiquem a pesquisa. (Goldenberg, 1997).

Desse modo, a pesquisa qualitativa tem como principal foco os aspectos da realidade que não podem ser mensurados numericamente. Para Minayo (2001) o qualitativo trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço desmedido das relações, que não podem ser apenas reduzidas a números.

Assim sendo, nossa pesquisa lida com sujeitos que fazem parte do guarda-chuva da transgeneridade-transgêneros, ou seja: homens, mulheres e gênero não binário; neste aspecto, destacamos que as muitas identidades de gênero nos dão mais possibilidades de sujeitos. Por ser um trabalho de História de Vida, entrevistamos 02 pessoas, sendo um homem trans e uma mulher trans/travesti. Considerando o tempo disponível para um mestrado e mais de um encontro por pessoa; respeitando também o tempo das transcrições e possíveis empecilhos que poderiam ocorrer e atrasar o cronograma pré-estabelecido.

Quanto aos critérios de escolha dos entrevistados, esses foram aleatórios. Eles foram escolhidos através da abordagem direta em local público, sendo a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) o lócus amostral, informando o perfil necessário dos candidatos para melhor filtrar a amostragem. Assim, as questões foram elaboradas para pessoas maiores de idade (acima de 18 anos), residentes na cidade de Recife e assumidamente transgêneros. Foi solicitado também um meio de contato, podendo este ser rede social: instagram, whatsapp ou e-mail; para prosseguir para a entrevista, no sentido de se indagar a partir da história de vida, sobre suas memórias do convívio escolar e demais círculos sociais.

A História de vida é um gênero textual que tem como objetivo relatar a vida de uma pessoa, destacando suas experiências, feitos, trajetória pessoal e profissional.

Essa forma de escrita biográfica pode abranger desde figuras históricas renomadas até indivíduos comuns, buscando documentar suas vidas de forma detalhada e cronológica.

A estrutura de uma história de vida, geralmente inclui informações sobre o nascimento, realizações, momentos marcantes da vida e entre outros aspectos relevantes. Esses elementos são organizados de forma a criar uma narrativa coesa e interessante, que é capaz de transmitir a personalidade daqueles/daquelas que são entrevistados. Não é apenas importante por nos mostrar um passado a partir de uma ótica em específico, mas também por ser um meio importante na preservação da história e na compreensão da vida das pessoas que estão abertas para passar por tal experiência, permitindo também a reflexão sobre as influências individuais e coletivas na sociedade.

A partir disso, sublinhamos que a pesquisa será feita com sujeitos transgêneros e suas vivências dentro do contexto educacional, e perpassadas por outras vivências, isto é, outros contextos que irão de encontro com as experiências escolares nos proporcionando uma visão inteira de uma determinada vida.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, as pesquisas de cunho quantitativos eram as principais produções, de modo que existia uma prevalência sobre as pesquisas qualitativas. Ferrotti e Bertaux, respectivamente na Itália e França, foram os dois locais onde as pesquisas qualitativas através das Histórias de Vida conseguiram novamente o seu espaço (Columby, 2016). Graças aos acontecimentos do século XX, começaram a existir novas formas de organizações da vida social juntamente com o surgimento de novas tecnologias que passam a questionar a hegemonia do escrito (Bragança, 2012).

Na década de 1920, ocorreu uma divisa nas metodologias por ser o marco temporal do surgimento das primeiras definições de história de vida, por meio de abordagens feitas por antropólogos para descrever culturas americanas nativas. Durante a década de 1970, o método da história de vida passa a ser utilizado de forma mais ampla, considerando não apenas os indivíduos mas também a análise sociológica do grupo (Columby, 2016).

Assim, a leitura que é feita da experiência histórica em relação a um grupo, passa a ser compreendida de forma singular por meio de suas histórias de vida. Ao passar pelo processo de leitura seja ela, tradicional, ilustrativa ou realista da história de vida, existe uma ruptura, onde os relatos passam a ter uma compreensão

multidisciplinar e aprofundada da história do grupo. A história de vida, ela não é unicamente sobre a vida de um indivíduo, mas também sobre uma determinada época, grupo ou povo (Columby, 2016).

O presente problematiza o passado, projetando o futuro. Assim, falar de história de vida, tanto na história como na sociologia, é falar do movimento ontológico de conhecer, de dar sentido às trajetórias vividas, desejando sempre a construção do futuro (Bragança, p. 49, 2012.)

Já na década seguinte, houve ênfase nas análises de histórias de vida, interligando a antropologia e a psicologia, de acordo com Ferrazza e Antonello (2017) foi apenas na década de 80 que o método estabeleceu estratégias de análise do vivido, levando assim, o método a ser reconhecido e despertando interesse por sua aplicação para a coleta de dados sobre o homem, em um contexto de relações sociais.

A história de vida é utilizada como uma investigação do campo qualitativo, sendo uma alternativa em relação as metodologias científicas tradicionais por trazer uma forma linguística que coloca a existência humana como uma ação situada. Ferrazza e Antonello (2017) destacam que a narrativa é visualizada no sentido de uma história (story) evidenciando a visão de mundo de uma cultura, reunindo vários eventos em um único episódio.

[...] a língua inglesa dispõe de duas palavras para traduzir o vocábulo francês *histoire*, que são *story* e *history*, conforme esclarece Bertaux: A *life story*, é a estória ou o relato da vida, que designa o relato de vida narrado tal como a pessoa vivenciou. O pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando (Santos e Santos, 2008, p. 715).

A história de vida pode ser considerada um “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (Queiroz, 1988, p, 20). Queiroz (1988), diferencia história oral e história de vida explicando que a história oral é qualquer relato oral, estendendo-se até mesmo nos relatos de lendas e transmissão de cultura. Quanto a história de vida tem o seu foco voltado principalmente no sujeito e em sua existência. A história de vida é um tipo de narrativa longa, podendo ser de forma oral ou escrita, de modo que abrange toda a história do sujeito, desde o nascimento aos seus momentos atuais, ela é um registro de vida, usando como base conversas e entrevistas aprofundadas.

Além de existir diferença nas nomenclaturas, é também importante demarcar o período de vida que se pretende estudar, a exemplo: a vida do sujeito como um todo

ou apenas aqueles aspectos que dão margem para compreensão e problematização do tema de pesquisa.

Ferrazza e Antonello (2017) trazem em seu trabalho a diferenciação entre histórias longas e curtas, alegando que nas histórias longas consistem na essência do método, reunindo períodos extensos de pesquisa, munindo assim a investigação de forma detalhada sobre o mundo que cerca o sujeito. Já as histórias curtas, são geralmente colhidas por meio de entrevistas, com foco nos aspectos relevantes para a pretensão de pesquisa do pesquisador.

A história de vida tem características complexas por existir em sua produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o sujeito da pesquisa, ela é contada da maneira própria do sujeito de modo a procurar uma ligação do individual e o social.

A história de vida nos permite o acesso “pelo interior” nos mostrando a realidade que atravessa o narrador e o transforma, fazendo-se uma fonte abundante na compreensão do individual e do social. Podemos definir a história de vida como uma forma de expressão individual no que tange a existência através do tempo e da memória, onde, são reconstituídas vivências e disseminadas experiências que colaboram para a compreensão social (Columby, 2016).

Seguindo Avelar (2007) não é adequado separar o sujeito do seu contexto histórico e ao mesmo tempo não reduzir o social ao individual. o sujeito biografado é parte intrínseca de todas as dimensões que permeiam o seu contexto histórico, ou seja, as dimensões política, econômica, social e cultural. Quando o sujeito se dispõe em contar sua vida, ele fala de todo o seu contexto, dos processos experimentados que estão imbricados ao seu contexto social (Silva et al, 2007).

Em outras palavras, o desafio da biografia praticada hoje é desconstruir o aparentemente posto, buscar o segredo, o íntimo e desvendá-lo, é algo inerente e enriquecedor, mas é também a possibilidade de enxergar a personagem – tenha esta se destacado ou não socialmente – imbricada na trama de sua trajetória (Santiago, p. 41, 2019)

A história de vida assim como a biografia permite ao pesquisador colher informações na subjetividade do entrevistado. O método da história de vida faz uso das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas (Santos e Santos, 2008). Esse método tanto pode ser utilizado de forma individual, composto apenas por um sujeito ou de forma coletiva, afim de entender as subjetividades que atravessam o sujeito ou o grupo, de modo que os entrevistados tem liberdade de dissertar sobre

suas experiências pessoais de modo que tenha ligação com as perguntas elaboradas pelo entrevistador (Santos e Santos 2008).

A história de vida é uma prática social pautada da transmissão/recriação da cultura, através das narrativas orais passadas de uma geração para outra, ou seja, de pais para filhos, seja histórias familiares e/ou da comunidade, essa prática é chamada de prática intergeracionais de comunicação. Essa prática acontece a partir de grupos sentados em uma roda, onde os relatos são (re)construídos socialmente. Essa prática é uma característica humana de produção de conhecimentos, compor aqueles registros espontâneos nas narrativas orais de vida, também existem a produção de objetos, como cartas, fotografias, documentos e entre outros que auxiliam na conservação das memórias (Bragança, 2012).

A partir do momento que o entrevistado relata sua história de vida, lhe foi oportunizado um momento para experienciar novamente o seu passado, podendo até ressignificar sua vida. A história de vida por sua vez, presta ao entrevistado uma escuta comprometida, engajada e participativa (Silva et al, 2007).

O pesquisador escuta, por meio de entrevistas não diretivas, podendo ser gravadas ou não. Durante esse processo, a relação e a conexão entre o pesquisador e o narrador é um ponto crucial, de modo que só acontece quando se tem um vínculo de confiança mútua que é/foi construído ao longo de um processo (Nogueira, 2017).

Quando as entrevistas chegam ao fim, todo o material de áudio é transcrito e discutido entre o pesquisado e o pesquisador, para então a partir da análise buscar identificar dentro daquele material as evidências que serão necessárias para ajudar a responder as questões da pesquisa (Nogueira, 2017).

Neste sentido, o método história de vida oportuniza aos pesquisadores aprender a ouvir o sujeito que vivenciou a situação que se quer estudar, o que implica em tê-lo como um parceiro, como alguém que é ativo no estudo e que reflete sobre sua própria vida. Essa reflexão dos depoentes, que deixam vir à tona aspectos tão particulares, é a diferença primordial que aparece nas categorias de análise (Santos e Santos, p. 715, 2008).

A história de vida por ser algo complexo no que diz respeito à subjetividade dos indivíduos, por reconstituir esses aspectos vividos que foram narrados, não podemos dizer que ela - a história de vida - tem apenas um único sentido, mas sim vários. Ao relatar suas vivências, o pesquisador deve saber de antemão que tais relatos não necessariamente correspondem ao real, mas o que importa é o sentido dado a esse real pelo sujeito, de modo que durante a análise em um momento posterior abarque o indivíduo como social (Silva et al, 2007).

Encontramos nos aspectos metodológicos uma grande inovação proposta pelo interacionismo simbólico, quando propões ceder o lugar do saber ao agente social, postulando que o conhecimento deve ser construído a partir das interpretações, significações, daquele em que está inserido no fenômeno social a ser estudado. O conhecimento de determinada ação só vai, então, fazer sentido se entendido dentro de seu contexto, na realidade em que é experimentada (Silva et al, p. 30, 2007).

Ressalta-se que a história de vida é uma manifestação propriamente humana, onde, dar-se sentido à vida e historicidade. Seu enfoque teórico-metodológico rompe com o paradigma lógico-formal, dando ênfase a vida, desde suas tramas individuais as coletivas, se fazendo ser um lócus de entendimento dos processos sociais e históricos do sujeito e/ou do coletivo (Bragança 2012). Ainda para Bragança a técnica da história de vida não se reduz apenas na coleta de dados ou informações, ou afirma-se como uma teoria ou ciência isolada, por sua natureza há uma mediação entre a prática da investigação e a construção de conhecimentos de modo que nos mostra a história de vida como uma abordagem multirreferencial, possibilitando assim a inteligibilidade dos processos humanos.

2.5 Análise dos Dados

Considerando que a partir da História de Vida há a produção de discursos, a partir destes queremos encontrar significados que produzam sentidos não no sujeito entrevistado, mas para o mundo que o circunda. Então, considerando o discurso que foi captado para fazer a análise, será utilizada a Análise de Discurso (AD) como método de interpretação dos dados.

Neste aspecto, vale a pena colocar que a AD é compreendida como uma disciplina de entremeio, porque ela emergiu junto ao trabalho contínuo das contradições epistemológicas que são historicamente condicionadas e que estão em diferentes regiões do conhecimento. Desse modo, sua proposta visa articular as ciências sociais, linguística, teoria do discurso e psicanálise e a partir do encontro entre essas ciências, promover reflexões que vão além da linguagem, abarcando a ideologia nesse processo.

Segundo Orlandi (2013), Pêcheux dizia que era inadequado, logo inaceitável, manter o abismo entre prática e linguística, pois esse abismo mantinha também uma produção apolítica de discursos sobre a linguagem pela “ciência” linguística e neste sentido, a linguagem não é transparente como se pensava. Então foi imaginando o

seu sistema de análise como uma práxis/atividade científica que desenvolveu um processo de apropriação dos instrumentos pela teoria, essa apropriação ocorrendo no sentido do trabalho de elaboração teórico-conceitual que leva o discurso a uma subversão ideológica, causando com isso o fim da separação entre uma reprodução conceitual e experimental.

Quanto à rede conceitual da Análise de Discurso, articulou conceitos de três regiões do saber em seu entremeio que são atravessadas por uma teoria do sujeito de cunho psicanalítico, sendo elas: 1.) O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2.) A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3.) A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (Orlandi, 2013).

Entende-se então, que a análise de discurso “procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2013. p. 15). Ainda para a autora, esse tipo de estudo é a melhor maneira de se conhecer o que faz o homem/ser humano ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A base da produção da existência humana está no trabalho simbólico do discurso, desse modo, deve-se observar que a análise de discurso não trata a língua como um sistema abstrato.

Ainda para Orlandi (2013), a Análise de Discurso diferencia-se da Análise de Conteúdo por não considerar a linguagem como transparente, ou seja, não tem a pretensão de atravessar o texto e encontrar um sentido do outro lado, preocupa-se com “como este texto significa?”. Desse modo, os estudos discursivos priorizam pensar o sentido no tempo e no espaço das práticas do homem/ser humano de tal maneira que descentralize a noção de sujeito, partindo de uma relativização da autonomia do objeto da linguística.

Na AD, o saber discursivo é o que torna possível todo dizer e retorna sobre a forma do pré-construído, ou seja, o já dito que está na base do dizível, fazendo a sustentação de cada palavra. O interdiscurso viabiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa numa situação discursiva dada. Dessa maneira, ao observar o interdiscurso nos é permitido identificar uma filiação dos dizeres a uma memória, identificando está memória em sua historicidade, em sua significância, aos compromissos políticos e ideológicos do contexto em tela (Orlandi, 2013).

Além disso em Orlandi (2013) ressalta-se a importância de não confundir o interdiscurso com o intertexto, isto é: “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” e não textos ligados com começo, meio e fim (Orlandi, 2013, P. 33)

Para melhor direcionar os recortes de fala em Orlandi (2013), baseados no trabalho de Pêcheux, distingue-se duas formas de esquecimento: esquecimento número dois (enunciação) e o esquecimento número um (ideológico). O esquecimento número dois, ocorre quando falamos de um jeito e não de outro, fazendo uso de famílias parafrásticas, ou seja, com eufemismos, mas de forma quase inconsciente, de modo que o entrevistado sequer perceba que está fazendo de tal modo.

Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras que só pode ser assim. Mas este é um esquecimento parcial, semi- consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos [...] atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos (Orlandi, 2013, p. 35).

Já o esquecimento número um, é totalmente inconsciente e se dá através das ideologias que nos afetam; então quando falamos algo, acreditamos que é algo original partindo da nossa compreensão, mas são sentidos pré-existentes. Para Orlandi (2013, p. 35) esse esquecimento pode ser comparado ao “sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos”.

A autora também destaca que quando nascemos, os discursos já estão em processos e nós é que adentramos neles, ou seja, sua origem não está em nós mas, isso não quer dizer que não haja singularidade na maneira como a ideologia nos atravessa e realiza a sua materialidade em nós pois, os esquecimentos são estruturantes, fazendo parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos, por isso os sujeitos “esquecem” o que já foi dito e através desse processo de esquecimento voluntário, as palavras adquirem novos significados e sentidos.

Diante disso, é nesta perspectiva, então, que trabalhamos a história de vida a partir da análise de discurso nesta pesquisa, posto que, entendemos que o fato do sujeito relatar suas experiências acerca de acontecimentos de suas vidas não os faz donos da verdade sobre eles, muito menos donos dessas histórias. Diante disso, faz-

se importante confrontar/contrastar/entrecruzar/dialogar seus relatos à historicidade advinda da produção de sentidos, ou seja, ao já dito.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo dedica-se à análise das entrevistas realizadas. O corpus textual é constituído por discursos advindos de duas pessoas transgêneros de idades, escolaridades, cores e gêneros distintos. Através do método da História de Vida foram elaborados os questionários.

Embora cada história de vida apresente uma perspectiva única, vivida por cada indivíduo, a existência humana abrange diversas dimensões que revelam informações sobre a sociedade em que estamos inseridos, os valores sociais e culturais, o contexto histórico e econômico, bem como as organizações e instituições de épocas respectivas, entre outros aspectos. Assim, a abordagem de história de vida permite expandir o estudo dos processos de aprendizagem do nível individual para o social, possibilitando a compreensão desses processos ao contextualizá-los não apenas no universo da educação, mas num contexto maior (Ferraça; Antonello, 2017).

Dado que a história de vida gera discursos, buscamos através das entrevistas encontrar significados que façam sentido não apenas para o entrevistado, mas também para o mundo ao seu redor. Para analisar esses discursos, foi utilizado a Análise de Discurso (AD) como método de interpretação dos dados. É importante destacar que a AD é considerada uma disciplina intermediária, pois, surgiu no contexto de contradições epistemológicas historicamente condicionadas e presentes em diversas áreas do conhecimento (Orlandi, 2013).

A análise de discurso nos mostra como as práticas discursivas refletem e reforçam ideologias sociais, mas também, como são ressignificadas, no caso específico deste trabalho, buscamos essas ressignificações no contexto de pessoas trans, evidenciando a importância de intervenções educacionais e sociais para promover a inclusão ou não, combatendo a discriminação no ambiente escolar, criando um espaço onde todas as identidades possam ser respeitadas e valorizadas.

Desse modo, faço aqui uma breve apresentação dos dois (02) entrevistados: Alice é uma mulher travesti/trans de 38 anos. É uma pessoa cheia de vida, esperança e acredita em um lugar melhor no mundo. Mesmo com todas as adversidades que enfrentou/enfrenta, continua sendo alegre, extrovertida, embora possa incomodar-se com os olhares “tortos”, mas, os ignora e segue desejando o melhor. Teve uma infância difícil, enfrentando o bullying na escola e fora dela. Também enfrentou

difficultades em casa, tendo que assumir responsabilidades que cabiam aos adultos que deveriam ser responsáveis por sua segurança, educação e bem-estar. A entrevista com ela foi realizada no Shopping Boa Vista, na cidade de Recife/PE.

O outro entrevistado foi Felipe, um homem trans de 20 anos que atualmente é estudante do CIn (Centro de Informática da UFPE-Recife). Nosso encontro para a entrevista foi realizado na biblioteca do CAC (Centro de Artes e Comunicação) da UFPE. Tal entrevista foi feita durante à tarde, na biblioteca que estava cheia de estudantes que em sua maioria estavam no local conversando entre amigos/colegas.

Diferente do que aconteceu com Alice no Shopping Boa Vista, na biblioteca da UFPE as pessoas não olhavam para Felipe com olhares de julgamentos. Talvez pelo próprio histórico do CAC, reconhecido como um local de desconstrução, e também porque ele tem pontos que colaboram para que tais olhares julgadores não aconteçam de modo tão ostensivo tendo em vista que é um homem trans com passabilidade¹. Assim, mesmo sem hormonização² sua voz é um pouco mais grave, seu corte de cabelo curto e seu peitoral coberto pelo binder³ concederam a ele características fortes do modelo heteronormativo hegemônico, aplicado ao gênero masculino.

A passabilidade é a capacidade de uma pessoa transgênero ser percebida pelos outros como o gênero com o qual se identifica, em vez de ser reconhecida como transgênero, ou seja, ela consegue se passar por uma pessoa cisgênero de forma que as outras pessoas não percebam ou questionem sua identidade de gênero. A passabilidade, muitas vezes, se faz importante por garantir segurança contra a discriminação, assédio ou violência, além de ajudar também na aceitação social em novos empregos e círculos sociais, de modo geral. Adicionado a isso, existe também o fator de estar confortável com sua aparência e identidade, ou seja, para algumas pessoas trans, serem percebidas com o gênero com o qual se identificam proporciona mais conforto e bem-estar.

Devido a essa percepção, muitas pessoas transgêneros buscam pela passabilidade, que se refere à capacidade de alguém em convencer os outros sobre

¹ Dentro do contexto da transgeneridade a passabilidade é entendida quando alguém trans é percebida na sociedade como uma pessoa não-trans por não apresentar traços marcantes do seu gênero de nascimento.

² A hormonização é uma terapia hormonal utilizada por pessoas transgêneros como uma forma de expressarem o seu gênero e serem reconhecidas/os por ele. A terapia hormonal é uma intervenção de saúde que pode ser feita no âmbito particular ou público através do SUS.

³ Binder é um tipo de faixa utilizada por homens trans para comprimir os seios e deixá-los menos aparentes.

sua própria identidade de gênero e ser percebido como uma pessoa cisgênero. Quanto maior a passabilidade, menor a exposição à transfobia (Dourado Porto; Silva; Gugelmin, 2021). Destacando que nem todas as pessoas transgêneros desejam alcançar a passabilidade ou fazer uso da hormonização, e isso não as deixam sendo mais trans ou menos trans em relação a quem opta por seguir esse caminho.

3.1 Vivências e resiliências/resistências: a narrativa de Alice

Na análise de discurso de Pêcheux, consideramos a maneira como a linguagem expressa a construção de identidade e as relações sociais, refletindo ideologias e formações discursivas que estão presentes ao longo da narrativa dos entrevistados.

Nos momentos iniciais do discurso de Alice, quando foi perguntado sobre suas vivências, o primeiro tópico abordado em sua fala foi sobre os discursos religiosos presentes dentro da escola, onde os colegas tomavam seus credos religiosos como verdades para proferir violência simbólica.

As pessoas que eram mais religiosas tavam usando o próprio Deus contra mim. Na época, eu não entendia muito como eu ia sair daquela situação. Até pensei em mudar de escola, mas depois de muita reflexão eu optei em não mudar de escola. Eu optei em encarar toda aquela situação (ALICE).

Enxergar a necessidade de se mudar de escola, para fugir das violências sofridas, é a primeira alternativa que emerge, em especial na década de 90, período no qual a comunidade LGBTQIA+ estava engatinhando no Brasil em sua busca por respeito e visibilidade. Assim, para Alice, enquanto criança, dando início a sua adolescência e suportando toda essa situação na escola, de fato, tal percepção apresentava-se como a solução num primeiro momento para escapar da violência e da intolerância. Neste caso, a partir do exame desse enunciado, pela ótica da Análise de Discurso (AD), identificamos aqui, na fala de Alice, a ideologia da evasão escolar e a ideologia da não inclusão escolar expostas como forma de localizar, nesse contexto, o espaço educacional como não acolhedor de certos tipos de diferenças.

Adicionado a estas duas ideologias, acerca do espaço escolar, também localizamos neste recorte de fala, a ideologia da intolerância religiosa atuante na rejeição à orientação sexual de Alice dentro da escola. Não é de hoje que a religião,

em específico as de vertente cristã, hegemônicas em suas variadas vertentes no Brasil, considerando também o contexto Nordeste, é utilizada como fator discriminatório para aqueles e aquelas que não seguem o padrão heteronormativo dominante. Por tratar-se de um contexto escolar com crianças entre 10/12 anos, tal pensamento discriminatório é uma reprodução daquilo que é observado no meio familiar, assim perpetuando também agressões simbólicas, como a ridicularização e a condenação do outro.

Quando Alice diz “As pessoas que eram mais religiosas tavam usando o próprio Deus contra mim” é revelada uma experiência de intolerância religiosa (Oliveira, 2007), no contexto escolar e a resistência dela enquanto sujeito frente a essa opressão. O discurso destaca como as práticas religiosas podem ser manipuladas para discriminar e excluir, e como o sujeito, mesmo que inicialmente confuso e abalado, pode optar por enfrentar e resistir à discriminação (ideologia da resistência).

Ao decorrer do discurso inicial de Alice, gênero e orientação sexual foram abordados discursivamente a partir de princípios enunciativos que ignoravam as perspectivas teóricas pós-estruturalistas de Butler - com a qual trabalhamos nesta pesquisa e expusemos nos capítulos anteriores -, tratando-os como categorias naturalizadas. Isso reforçou perspectivas, ideologias essencialistas.

Eu tinha entre 12/13 anos, mas até então, né, eu ainda era aquela gayzinha né como se diz assim. Não era travesti, mas, conforme vim caminhando vinha transitando, vinha arregalando o peito porque isso é massa. Depois de determinado tempo que já me conservava daquela forma algumas daquelas velhas amigas retornaram né, pedindo desculpas mesmo... sabendo que mesmo que eu optei por isso, mas sou uma boa pessoa, né... Sempre procurei dar o melhor de mim estudando porque aquilo tava sendo bom pra mim mesmo. Como eles faziam bullying, ficava na praça de alimentação da escola ou na praça de recreio soltando piada, falando coisas tal. Graças a Deus eu nunca me aborreci com isso. Eu nunca levei pra minha casa não, porque dói, machuca, fere, mas eles tavam agindo feito loucos; eles não sabiam o que tavam fazendo (ALICE).

Alice não se denomina como uma pessoa trans e sim travesti (embora conceitualmente, se considere uma nomenclatura equivalente a outra) e isso nos leva a procurar entender o porquê existe essa distinção entre mulher trans e travesti. Quando nos atentamos as camadas sociais que existem à nossa volta, percebemos que as nomenclaturas (mulher trans e travesti) estão imbricadas à condição social. A

interseção entre identidade de gênero e classe social revela um ciclo de exclusão, onde a pobreza e a vulnerabilidade social amplificam os desafios enfrentados pelas travestis. Assim, a marginalização socioeconômica e a discriminação de gênero se reforçam mutuamente, perpetuando uma realidade de exclusão e invisibilidade para essas pessoas.

[...] a episteme histórica, que conforma os discursos de emergência acerca do sujeito travesti, foi marcada pela produção discursiva heteronormativa de um sujeito travesti marginal. As marcas do estigma serão localizadas no corpo ambíguo e indeterminado – nas entrelinhas desses enunciados esconde-se a ideia de que as travestis apresentam um excesso do gênero; e na prática social que assumirá maior visibilidade na sociedade, ou seja, a prostituição, no não-revelado dessa visibilidade, vê-se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de excessos de vícios (Veras; Guasch, 2015. p. 43).

Na fala de Alice, ainda existe o estigma de ter sido chamada de "gayzinha" na infância, expondo o preconceito alheio em torno da comunidade LGBTQIA+. Esse estigma, que partiu de terceiros, se deve ao fato dela não performar um papel masculino, divergindo dos trejeitos "pertencentes" ao universo do homem/menino heterossexual. Assim, desde cedo, a não conformidade com as expectativas tradicionais do gênero, a colocaram em uma posição vulnerável perante os outros, que a viam como diferente e, portanto, alvo de zombarias e discriminação. Essa experiência reflete como as normas de gênero são rigidamente impostas desde a infância, punindo aqueles que se desviam delas.

Desse modo, por não se encaixar nos estereótipos masculinos convencionais, enfrentou preconceitos e exclusões, inclusive no estabelecimento educacional, mostrando como as construções sociais de gêneros e sexualidades impactam profundamente as trajetórias pessoais, desde os primeiros anos de vida, por conta dos indicadores comportamentais cisgênero⁴ que necessitam ser internalizados pelos não cis para se sentirem pertencentes aos ambientes (Bento et al., 2020). Contudo, especificamente o espaço escolar, em teoria, deveria ser democrático, laico e plural, em se tratando de etnia, raça, religião, gênero e orientação sexual, porém não o tem sido.

A escola é um espaço plural e nela circulam indivíduos que trazem dentro de si características únicas e heterogêneas. Temos ali uma diversidade enorme de identidades racial, religiosa, étnica, de classe social e também uma

⁴ Cisgênero é um termo utilizado para descrever pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Em outras palavras, uma pessoa cisgênero se identifica e se apresenta de acordo com as normas e expectativas de gênero associadas ao seu sexo biológico.

diversidade de identidade de gênero e orientação sexual (BENTO et al, 2020, p. 14).

Diante disso, a escola que deveria ser um espaço plural e acolhedor, reconhecendo a importância de um ambiente educativo e inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, se sintam respeitados e valorizados, não cumpria, na época de Alice e ainda hoje, especificamente nas questões envolvendo gêneros e sexualidades, esse papel. A pluralidade na escola promove a diversidade de ideias e experiências, de modo a enriquecer o aprendizado coletivo e individual. Um ambiente acolhedor estimula o desenvolvimento emocional e social dos alunos, proporcionando segurança e apoio.

Existe uma conscientização gradual de Alice sobre sua identidade e as práticas de resistência, mas ela também reconhece a ignorância e a violência dos agressores "eles tavam agindo feito loucos, eles não sabiam o que tavam fazendo" (ideologia do desconhecimento). Assim, há uma compreensão crítica sua do estigma e da discriminação praticados contra ela, estes entendidos como uma falta de consciência ou compreensão por parte dos agressores.

O enunciado de Alice mostra a complexidade das experiências de uma jovem LGBTQIA+ no contexto escolar dos anos 90. O discurso em questão sugere a necessidade de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual. Neste aspecto, constantemente ela expõe, em sua fala, momentos vividos de forma dolorosa, principalmente em relação à intolerância sofrida, no entanto, paradoxalmente, em todos os momentos, reflete sobre tais vivências e consegue apresentar sentimento de resiliência sobre as situações passadas.

Os meus amigos meninos... todos se voltaram contra a minha sexualidade. Né... eles demonstraram não ter respeito pela minha pessoa. Começaram com as chacotas, *bullying*, situações constrangedoras, mas, logo no começo não foi fácil (ALICE).

Quanto ao *bullying*, sabe-se que por ser um ambiente normativo, a escola acaba por transferir ideais aos seus alunos e no momento que um certo grupo de amigos detecta que um deles não segue o padrão, demonstrando traços e trejeitos do gênero oposto, iniciam as ameaças, chacotas e ridicularizações, diminuindo a autoestima desses alunos, colocando-os, como afirma Butler (2003), como seres abjetos.

Diante disso, a escola maximiza as situações de discriminação por dar aval aos comportamentos masculinos, que dentro de uma sociedade patriarcal são considerados superiores. Assim, os meninos devem seguir a conduta tida como masculina, serem viris e agressivos, enquanto, que para as meninas fica reservado a submissão e aceitação e, aqueles(as) que são transgressores(as), tendem a serem rejeitados(as) dentro do espaço escolar (Bento et al, 2020). Neste caso, para muitos jovens a escola é o local para melhorarem seus padrões de vida, no entanto, os/as LGBTQIA+ tendem a evadir dela por conta de estigmas.

No trecho abaixo Alice nos proporciona uma prática comum nas escolas que é a divisão por sexo/gênero, onde meninos fazem coisas de meninos e meninas fazem coisas de meninas.

Na escola a professora fazia uma demarcação para os meninos fazer um bonezinho e para as meninas fazer um laço... e eu fiquei enganchada porque a professora estava querendo ver o bonezinho pelas minhas mãos e ela só via o laço. Ela apagava o laço e mandava eu fazer o boné, fazia o laço. Apagava, mandava fazer o boné e só tinha o laço, apagava e mandava fazer o boné e tinha um laço. Até quando ela entendeu que na minha cabeça não era um menino e sim uma menina e me mandou pra psicóloga. A psicóloga junto a professora, as duas trabalhavam para que desenvolvesse nas minhas mãos um boné, mas, no quadro, em meu caderno e por onde eu passasse, permanecia o laço. (ALICE).

As pessoas trans, em particular, desafiam as normas de gênero através de suas performances de gênero. No caso de Alice, reforçando o desenho do laço em seu caderno. Neste caso, tais pessoas ao reivindicarem identidades e expressões que não se alinham com as expectativas cisgênero, demonstram a diversidade das experiências de gênero. Sem dúvidas, a reivindicação dela desenhando o laço, é uma memória marcante que contribuiu para o seu autoentendimento ao longo de sua vida.

No caso da escola, lamentavelmente, ela reforça o binarismo do gênero através de símbolos e brincadeiras que foram naturalizadas, pertencentes às categorias “menino” ou “menina”. Através dessas categorias é encorajado as meninas brincarem de bonecas, simulando a maternidade, e para os meninos, brincarem de bola, para serem jogadores de futebol, assim como as cores também dão esse reforço ao binarismo quando associado azul ao gênero masculino e rosa ao feminino (BENTO, 2011).

Destaco ainda uma frase marcante na fala de Alice, após sua professora encaminhá-la à psicóloga da escola: “a psicóloga junto à professora, as duas trabalhavam para que desenvolvesse nas minhas mãos um boné, mas, no quadro, em meu caderno e por onde eu passasse, permanecia o laço”. Aqui a entrevistada rompe com as normas naturalizadas para o gênero, porém, tanto a professora quanto a psicóloga categorizaram-na como um corpo abjeto, como já mencionamos, que para Bento (2011, p. 552), a partir de Butler, sinaliza, no caso da transexualidade para “... a materialização do impossível, do inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão”.

A participante cita em sua fala um “desafio” proposto por um colega de turma no qual formações discursivas reforçam narrativas das normas escolares, das relações de poder entre alunos e professores acerca de dinâmicas de aceitação e rejeição entre pares:

Então ele mais uma vez aí criou, se apoderou e me desafiou e eu aceitei o desafio dele. As meninas entravam pra sala de aula e.... foi massa... porque eu passei o ano sem entrar na sala de aula, mas, todos os dias indo para a escola e as meninas não sabiam ler mas, elas copiavam então como elas copiavam, todo dia dava uma aula a elas do lado de fora da escola. [...] Que todo mundo reprovou que ficou aquela confusão dentro da sala de aula, mas, a professora tirou nós três. A gente já tinha passado de ano e a galera ficou para recuperação, ficaram lá vendo, tentando recuperar. Conforme alguns outros meninos que se meteu no bando desse que me desafiou, viram que todos foram reprovados, acabou o preconceito, acabou a ironia e no próximo ano (ano seguinte) todos meus amigos. (ALICE).

A atitude de Alice ao aceitar o desafio e ensinar as amigas fora da escola representa um ato de resistência e subversão; ao agir de tal modo, ela cria uma situação inversa à exclusão e por conseguinte, cria também um espaço alternativo de aprendizagem, transformando uma experiência que deveria ser algo negativo, aos olhos de todos, em uma oportunidade de empoderamento. O discurso de Alice revela ainda uma superação das ironias e preconceitos que enfrentou dos colegas quando fala “acabou o preconceito, acabou a ironia” evidenciando uma transformação nas relações discursivas e sociais, onde as atitudes de seus colegas que até então, duvidavam de sua capacidade intelectual, mudaram após constatarem a reprovação em massa e a aprovação de Alice e suas amigas.

A menção à "confusão dentro da sala de aula" e ao fato de que "todo mundo reprovou" traz à tona memórias discursivas que reforçam a narrativa de resistência de Alice. Essas memórias influenciam o presente, resultando em uma nova dinâmica de aceitação e amizade, onde ela tem uma compreensão mais sensível sobre a aceitação de suas amigas na vida adulta. Isso repercutiu na mudança de seu nome:

PERGUNTA: Você já tinha um nome escolhido pra ser usado? Sem ser o teu nome de batismo.

Já, mas a professora não queria aceitar. Então como tinha duas crianças na sala com o nome José, eu cheguei pra ela e disse "ó professora, eu tô sofrendo bullying terrível pelo nome José. Tá acontecendo várias chacotas. Eu já tô cheia dessa situação. Eu tô vindo recorrer a senhora porque como tem eu e José Marcos, vamos fazer assim: esqueça o nome José como primeiro nome, né, porque eu sou Bruno e ele é Marcos. Coloca o José para sobrenome e o nome Bruno e Marcos para nome". Então eu e ele ficamos assim, o nome José virou sobrenome e Bruno e Marcos virou nome porque até então era o primeiro nome que a gente assinava. Então essa mudança pra mim foi massa porque consegui caminhar sem a chacota do nome José [...] As meninas que ficaram ao meu lado não se aperrearam porque até então ficaram com medo, mas, passaram de ano junto comigo, foram duas amigonas que até hoje são minhas amigas, Marcela, ela é evangélica. Ela só consegue me chamar pelo meu antigo nome. Ela não me chama de Alice de jeito nenhum (ALICE).

Na época, por Alice ser muito nova e não ter uma compreensão mais ampla sobre gêneros e sexualidades, porém já sentir que seu nome de nascimento a incomodava, isso já era um fator indicativo de que "não era" como as demais crianças de sua sala de aula, então, a forma para amenizar esse incômodo se deu através da mudança no diário de chamada da professora, invertendo a posição dos dois primeiros nomes: José Bruno, tornou-se Bruno José. Mais adiante, ela assumiu o nome Alice.

A retificação do nome é um passo de grande avanço e conquista para a afirmação da identidade de uma pessoa transgêneros. Alice exerce uma resistência durante a sua juventude quando reivindica ser chamada de Bruno, desafiando as normas e reivindicando um espaço de respeito e dignidade. Já em relação ao atual momento de amizade com a Marcela, que resiste em não a chamar ainda hoje de Alice, seu nome social, sinaliza para uma memória discursiva da Marcela que ainda está presa/vinculada ao passado, afetando as interações no presente. Isso reflete a dificuldade de se romper com discursos internalizados, mesmo quando os sujeitos

envolvidos desejam apoiar a mudança. Assim, o fato de Marcela continuar usando o antigo nome de Alice, sendo ela evangélica, possibilita a análise de complexas teias discursivas envolvendo pertencas religiosas e sociais que podem tanto apoiar, quanto restringir a expressão de identidade trans/travesti de Alice. Essa contradição aponta para a complexidade das relações discursivas em contextos diversos.

Desde a promulgação da Lei Federal nº 14.382 de 2022, a retificação de nome passou a ser um direito acessível a todos os cidadãos brasileiros, sem a necessidade de uma ação judicial. Esta lei representa um avanço significativo, pois facilita o processo de mudança de nome, tornando-o menos burocrático e mais rápido. Para Alice, completar a retificação de seus documentos não é apenas uma formalidade, mas um passo essencial para o reconhecimento pleno de sua identidade e para viver de forma mais autêntica e digna. Neste aspecto, quando pergunto a Alice se ela se incomoda em ser chamada pelo antigo nome pela amiga, me responde

[...] não. Porque eu não sinto preconceito em ela pronunciar aquele nome masculino que eu não aceito mais. Quer dizer, eu nunca aceitei de fato. Mas, como ela fala comigo assim, tão espontâneo, tão, ela fala o nome tão suave eu não sinto ironia nas frases dela, eu não sinto preconceito, então dela, eu consigo aceitar e entendo, porque ela não fala assim, com aquele vigor, não. (ALICE).

Durante a fala de Alice, é colocado em xeque a identidade de gênero dela, onde, existe um nome masculino totalmente rejeitado por ela, no entanto, existe nessa equação a sua amiga que até então tem dificuldade em chamar Alice pelo seu nome social, criando uma certa tensão social e ideológica relacionada à transgeneridade e suas mudanças.

Aqui, a fala da entrevistada é influenciada pelos discursos de gênero, assim como a aceitação e o respeito a sua amiga externalizam as contradições entre o gênero/sexo concebidos com naturais versus sua concepção como constructo social. Quando Alice fala que não se incomoda com a forma que sua amiga pronuncia o nome masculino, isso reflete a compreensão interdiscursiva da aceitação dessas contradições, contrastando com possíveis discursos de rejeição ou desrespeito. A fala demonstra uma negociação interna e social sobre o que é aceito ou não em termos de identidade. Assim, Alice distingue o preconceito/estigma/intolerância da aceitação conflituosa (Oliveira, 2007).

Desse modo, a amizade e cumplicidade entre Alice e sua amiga se situam em uma linha tênue entre os preconceitos sociais e a religião que a amiga segue

atualmente (evangélica), junto às experiências da infância que vivenciaram, permeadas por memórias que ainda possibilitam o contato atual em meio às diferenças. Mas, ainda assim, fala sobre a amiga: “ela fala normal comigo, como se fossemos aquelas velhas crianças que se conheceram na escola e hoje somos grandes amigas, né, mas, ela na casa dela e eu na minha. Pra ser amiga não precisa tá uma dentro da casa da outra, mas, eu acho isso o máximo”. Nesta enunciação, identifica-se novamente a ideologia da contradição de gênero/sexo permeando a interação entre elas, haja vista que uma não frequenta a casa da outra. O dito e o não dito discursivo da entrevistada aqui exhibe a complexidade existente nas experiências de identidade de gênero envolvendo, entre outros aspectos, a questão religiosa, pois ela consegue lidar com alguém que não a chama por seu nome social.

Voltando às memórias da escola, no trecho a seguir nossa entrevistada expõe um caso de homofobia que sofreu, no qual o agressor, que era também uma criança, deixou marcas fortes em sua pessoa

Tinha um menininho que me assombrava, me assombrava horrores... que pra eu ir pra minha escola, eu saía da minha casa, eu tinha que passar na porta da casa dele e eu saindo da escola, e ir pra minha casa, tinha que passar pela porta da casa dele, mas, até então como ele era maiorzinho, eu tinha medo daquela pessoa. Até aonde eu consegui colocar na mente que eu tinha medo dele, após isso eu não tive mais medo dele. Meu Deus, o que é que eu tô fazendo? Essa pessoa tá me agredindo. Fazendo o que tá fazendo? Me perseguindo na rua. Tá se tornando meu pesadelo! Eu tenho que fazer alguma coisa... Se eu chegar em casa e contar, eu vou apanhar do mesmo jeito, então eu tenho que tomar alguma medida lógica. Tenho que fazer alguma coisa. Um certo dia eu passei por uma coisa chocante, eu ESQUECI que eu tinha que passar pela porta da casa desse desgraçado. Quando eu passo, ele já tá com raiva porque a mãe dele não tinha dado dinheiro pra ele lanchar e ele tinha que comer o lanche da escola e ele não queria comer o lanche da escola. Quando eu venho saindo, quando eu vou passando, quem vem saindo?! Ele. Aquela foi a hora que ele me segurou pela camisa, aquela foi a hora que eu soltei a bolsa e dei no juízo dele (acertou na cabeça) que a mãe dele escutou o grito que ele deu e saiu pro lado de fora. A vida do seu filho é tá me agredindo e tá me chamando de frango! Frango é ele! E a vida dele é tá me bullynando dentro da escola, no banheiro. Foi pau! Mas, ainda que a mãe dele tava em cima, no que soltei, o cacete foi dobrado e a mãe bateu nele. (ALICE).

Neste recorte, inicialmente Alice se situa no campo da ideologia do medo, pois não responde às agressões sofridas, contudo, adiante, resolve reagir (ideologia da resistência violenta), enfrentando seu agressor com a mesma violência sofrida. Sua fala descreve uma situação de bullying escolar, em que o sujeito (Alice) enfrenta agressões e perseguições de um colega mais velho. Este cenário reflete um contexto em que a agressão aos fora dos padrões heteronormativos é frequente, com a vítima se sentindo impotente. A linguagem usada, exibe tensão emocional.

Diante disso, identifica-se que as enunciações de Alice, acerca de suas memórias do espaço escolar, são constantemente atravessadas por discursos de bullying, agressão e medo. Termos como "me assombrava", "me agredindo" e "me perseguindo" indicam um interdiscurso de terror e opressão. Além disso, o uso da expressão pejorativa "frango", como insulto, reflete discursos homofóbicos e uma reiteração estigmatizante ao fato dela não ter uma performance de gênero masculina, como se esperava dela (Oliveira, 2007).

As condições de produção do discurso incluem aqui, tanto o ambiente escolar como de sua vizinhança, bem como o familiar, de modo que fica exposto em sua fala, quando diz que não adiantaria relatar os acontecimentos para a própria família, tendo em vista, que a forma deles de lidarem com agressão sofrida por ela, também seria a partir de mais agressão; diante disso, a solução que encontrou junto ao agressor foi a de reagir com violência, à violência que sofria.

Então através disso eu me tornei a cangaceira que sou, mas, não gosto de violência. Não apoio. Mas, para autodefender é justo, né. Pra se autodefender. Pra agredir as pessoas, pra agir com ar de superioridade não, até então todo mundo é igual a todo mundo. Existem questões sociais diferentes umas das outras né. Mas todo mundo passa por isso, mas, maiores somos nós que conseguimos dar conta disso e passar sem precisar fazer violência com ninguém (ALICE).

Alice ao fazer uso da metáfora "cangaceira", alinhada ao seu discurso, possibilita o desenvolvimento de imagens de resistência e coragem, considerando que o movimento do cangaço no Nordeste do Brasil tem ligação com a resistência contra opressão, nos proporcionando uma formação discursiva que valoriza a luta e a resiliência, perante as dificuldades encontradas ao longo do seu caminho. A construção da identidade de Alice como "cangaceira" que não apoia a violência é um exemplo de autonomia, onde ela reivindica uma identidade forte e resistente sem

recorrer à opressão, mas quando necessário, para se defender, agride, isso como resposta a uma sociedade que não lhe defende, só lhe condena por ser uma pessoa trans/travesti. Isso demonstra a capacidade de Alice de reconfigurar discursos, afirmando sua individualidade e valores.

Em seu discurso, ainda destaca a questão da igualdade ao dizer que “todo mundo é igual a todo mundo” e reconhece também as “questões sociais diferentes”. Nos proporcionando um interdiscurso que reconhece a diversidade, ligada às experiências sociais, mas, ainda assim reafirma a igualdade, como algo fundamental para existir um convívio social.

Sua fala também reflete a complexidade inerente ao lidar com questões de poder e resistência. A justificação da autodefesa evidencia uma contradição entre a necessidade de se proteger e a rejeição à violência, mostrando a complexidade das relações discursivas e sociais.

A minha escolaridade só é baixa porque eu não fui formada em escola, mas, eu continuei estudando, nunca parei de estudar, mas, eu preciso desse EJA pra fazer... Enfim sobre minha mãe: porque além dela já ser deficiente auditiva, ela não escutava, ela tinha vários outros problemas e quando ela caía de cama, era tipo pra passar um ano, sabe? Aí era difícil tratar isso, porque até então meu pai trabalhava e eu mesmo jovem tinha que dar conta disso porque, não tinha mais ninguém em casa, entende? Aí por isso... foi isso que me obrigou a sair da escola assim tão repentinamente mas, na escola eu consegui ficar até a 5ª série mas, daí pra frente, eu não consegui mais, as professoras ainda me deram um apoio durante a 6ª série né pra estudar fora da aula/fora da sala de aula porque ainda não existia televídeo, essas coisas; não e tinha telecurso 2000 que era pra quem já fosse acima do segundo grau mas, como eu estudei tanto aquilo, meu grau de escolaridade veio aumentando com o passar dos anos mas, lá na escola eu continuei na 5ª série, fui até lá (ALICE).

Alice traz em sua fala circunstâncias que impactaram a sua educação e evasão desse espaço (ideologia das condições sociais e econômicas) de modo que, a formação discursiva está ligada à educação formal. Por muitas vezes, o sucesso e o valor pessoal é atrelado à formação escolar tradicional, ou seja, a educação formal. Alice confronta essa realidade quando ressalta que continua seus estudos, mesmo fora da educação formal, mas ainda assim deseja ingressar na Educação de Jovens e Adultos para finalizar os estudos formalmente.

Em suas falas existem muitos sinais de resistência e resiliência. Mesmo com as dificuldades, ainda existe a persistência de continuar batalhando e vencer através dos estudos. Sua vontade de aprender por conta própria, ilustram sua tentativa de superar as barreiras pessoais e sociais existentes. Assim, reafirma a sua identidade de estudante quando declara que "nunca parei de estudar", mesmo sem a formação escolar formal, ela desenvolve uma identidade autônoma de aprendiz, desafiando os percalços que a vida põe em seu caminho, demonstrando que a educação está para além dos muros da escola.

Através do interdiscurso, atuante em sua uma narrativa, que envolve suas condições escolares e familiares, observa-se a questão da evasão escolar por causa da condição financeira da família, obrigando-a a abandonar a escola para prover sua casa, junto com seu pai. Assim, a metodologia da Análise de Discurso, aqui aplicada, possibilitou observar como Alice navega entre diferentes atravessamentos sociais, ora resistindo a eles, ora sendo afetada por eles, construindo/reconstruindo assim sua identidade e dignidade como pessoa trans. Ela tem um olhar e uma vontade de pessoa sonhadora, que acredita no potencial da educação, acredita que na e pela educação sua vida pode mudar, pode melhorar. Mas, os olhares que vão de encontro a sua direção são olhares de julgamento, mirados diretamente para seu corpo, concebido como abjeto por ela ser travesti, preta e pobre. Contudo, ela não se rende a eles, sonhando em ser uma Técnica de enfermagem no futuro.

3.2 Vivências e resiliências/resistências: a narrativa de Felipe

Felipe menciona que sempre se destacou das outras "meninas", indicando uma consciência anterior de sua diferença, em relação ao que é considerado o "padrão normal", dando a ele um olhar mais aguçado e questionador sobre as performances de gênero e o engessamento performático. As formações discursivas que expõe, em torno de gênero e comportamento esperados para crianças, impactaram na sua percepção de si mesmo e das interações sociais, desde a infância, cheia de normas.

É... eu... a minha infância eu sempre fui... eu era muito inquieto assim, bem "imperativozinho", então, isso tudo já me destacava muito das outras pessoas e também eu sempre soube que era muito diferente do padrão normal de "meninas" (usou aspas na hora) na época né. E tipo... sempre fui muito... muito isolado, quietinho e tal por ser diferente desde muito novo, sempre fui muito diferente. Então tipo... eu não tinha muito contato ou com frequência com pessoas porque era sempre era muito deixado de lado por conta disso, então tipo, a minha infância foi boa e ruim ao mesmo tempo porque criança gosta muito de tá perto de outras pessoas e brincar com outras crianças, mas, infelizmente por ser do interior também e não... não se enquadrar nesse padrão, então eu não... eu era muito, muito deixado de lado. Mas, foi até tranquilo, acredito que mesmo com essas diferenças eu aproveitei bastante a minha infância. (FELIPE)

Felipe menciona que sua infância foi "boa e ruim ao mesmo tempo" e que conseguiu "aproveitar bastante", mesmo passando por isolamentos. Essa ambiguidade nos revela resiliência, indicando que, apesar das dificuldades, ele encontrou formas de vivenciar momentos positivos e significativos em sua infância (ideologia da resistência).

A memória discursiva apresentada no relato de Felipe gira em torno de sua infância, ainda morando no interior, na cidade de Feira Nova. Ele associa o ambiente familiar e escolar às normas rígidas em relação ao seu comportamento, assim como às expectativas sociais ligadas às suas performances de gênero de ser menina. Expressa, sem problemas, contradições acerca de seus sentimentos sobre essa fase, reconhecendo a dor que a exclusão de colegas/amigos causaram-lhe, mas, ainda assim, sendo capaz de encontrar momentos bons.

O interdiscurso que atravessa seu relato, situado no momento, em que se refere ao "padrão normal de meninas", sugere uma crítica implícita à normatividade de gênero (ideologia de combate à heteronormatividade). Ao fazer o uso das aspas

em sua fala, ele desafia as normas de gênero pois, de forma consciente critica essas normas sociais invisíveis, mas, que ainda assim, atravessam e interpelam os seres humanos como ele.

[...] eu sofria muito bullying quando eu era pequeno na escola. Realmente, tipo... é... na época o pessoal já me chamava de menino isso é tipo, sei lá, eu tinha uns 08 anos e tipo... foi algo bem complicado porque eu sabia (não completou a palavra) eu gostava quando eles me chamavam assim porque eu me entendia tipo, eu falando tipo sou igual a eles (os meninos), não sou igual a elas (as meninas) sabe. Então tipo eu achava bom, mas também achava ruim porque eu não entendia o que era aquilo sabe. Eu só tipo... sou mais parecido pra esse lado sabe? mais do que pra esse aqui, mas, eu não entendia então da mesma forma que era bom, era ruim também por ser diferente eu era muito excluído das coisas sabe, então assim, não tinha muito esse negócio assim... ah... então acabava sofrendo muito bullying por conta disso, então era meio complicado. E tipo, era uma criança então tipo... criança não tem noção das coisas, então desde aquele tempo eu já começava a passar por pressões que criança não deveria passar sabe, só deveria aproveitar a fase da infância. (FELIPE)

Ele descreve como era chamado de "menino" desde pequeno por ter seus traços mais masculinos, mas, ainda era socialmente categorizado como menina. Esse tratamento destaca as formações discursivas em torno de gênero que permeiam sua infância, impactando a percepção de si, quando se comparava com as demais crianças. Ao mesmo tempo que se sentia confortável sendo lido como menino, o sentimento que formava por causa dessa leitura era um sentimento de dúvida e inquietude, por ser tão jovem, não era capaz de processar tão bem esses sentimentos (ideologia da heteronormatividade versus a ideologia da aceitação como pessoas trans).

Felipe menciona ainda que, desde pequeno, enfrentava "pressões que criança não deveria passar", ressaltando a influência de discursos sociais que cobravam expectativas de gênero de menina sobre ele. Isso afetou seu desenvolvimento emocional e bem-estar, pois, existia um desejo contraditório em seu interior: ao mesmo tempo que desejava ser reconhecido como menino, ainda assim sofria retaliações e exclusões; dessa forma, sua narrativa, igualmente a de Alice, evidencia a complexidade em conseguir ser o que deseja e ser o que é cobrado ao seu gênero de nascimento, no caso aqui, o feminino. Sua fala evoca memórias discursivas

relacionadas à exclusão e ao bullying, que continuam influenciando sua autopercepção e suas experiências. A infância marcada por essas vivências impacta na construção de sua identidade e de sua relação com o mundo.

Eu tenho uma lembrança que meu primo que morava aqui em Recife, ele tinha muitos brinquedos né e ele sempre tinha o costume de doar, então ele ia lá pro interior levava todos os brinquedos que ele tinha pra doar pra outras pessoas, quando ele chegava lá em casa, eu pegava os brinquedos todinho pra mim, tá ligado? Porque tipo, eu gostava muito de brincar com eles e minha mãe começou a estranhar esse comportamento e tal porque ela falava assim “ah, eu comprei uma boneca pra tu”. Só que tipo, eu não gostava de brincar com boneca e eu falava pra ela tipo “mãe eu não quero. Eu quero brincar com isso daqui”. E eu sempre fui muito de jogar bola então aí minhas amizades no geral sempre foram muito masculinas, eu não gostava muito de brincar com as meninas. Ironia que hoje em dia é o contrário, hoje em dia eu vivo mais com as meninas, do que com os meninos (risada) (FELIPE)

A formação discursiva de Felipe é atravessada por suas preferências por brinquedos e brincadeiras que são compreendidas como atividades do gênero masculino. Suas preferências desafiam as normas que regem os gêneros; assim, quando a mãe de Felipe percebe o comportamento desviante dele, tenta reeducar seu jeito, para que seja cumprida as expectativas esperadas para uma “menina”. A lembrança dos brinquedos do primo e a reação de sua mãe, destacam memórias discursivas que evidenciam uma história de vida em que o conflito entre as normas de gênero e as preferências pessoais ocorrem de modo interno e externo. Essas memórias o ajudaram/ajudam a formar sua identidade e a fazê-lo compreender a si e como as normas o prendiam em uma realidade que não lhe cabia.

A contradição em seu discurso se dá no momento em que diz, que suas amizades na infância eram predominantemente masculinas, mas, já na fase de jovem adulto, esse papel se inverteu, sendo agora a maioria mulheres. Isso ao mesmo tempo pode refletir certa dificuldade de aceitação junto a homens heterossexuais, mas igualmente, que houve uma aceitação de si mesmo junto às mulheres, expondo não haver necessidade entre elas de provar o seu gênero como masculino

Então tipo era sempre um “muro” sabe pra ser quebrado em todas as etapas que eu tive que passar, foi sempre um muro muito alto. Porque a gente não passa só pelo processo de se assumir pras pessoas, mas acho que a maior dificuldade que a pessoa tem é de entender, porque tipo... foram várias barreiras que foram sendo quebradas, mas, foi várias barreiras que primeiro

o processo passou por mim, então tipo, foi algo muito complicado por como você vive em um lar cristão, extremamente conservador, qual concepção que você tem? De que poxa, se eu sou assim, eu vou pro inferno e acabou. Então você sofre, sempre sofri com o medo. Acho que o medo é a principal coisa que faz a gente ficar preso. E seguia muito nessa lógica sabe, então sempre foi muito complicado, então tipo eu me colocava em situações sabe... e eu me forçava a usar certas coisas a agir de certas formas, porque eu simplesmente não queria aceitar, porque eu sabia que se eu aceitasse seria um conflito muito grande assim, na verdade eu não queria passar por esse problema e aí eu fugia dele, fugia, fugia muito dele (FELIPE).

Felipe menciona viver em um "lar cristão, extremamente conservador", o que implica a presença de formações rígidas em torno de gênero e sexualidade, envolvendo discursos religiosos. Esses discursos têm um impacto significativo na forma como ele percebe a si mesmo e suas experiências de vida. As religiões no Brasil, em especial as de vertente cristã de cunho conservador, discriminam significativamente a comunidade LGBTQIA+. Assim, houve nele um conflito interno, descrito metaforicamente por meio de um "muro" no qual precisava escalar, para enfrentar e conseguir lidar com a sua real identidade. Ele ainda argumenta que todo o processo que percorreu, para conseguir se entender, é descrito como uma série de desafios.

A gente sempre tinha que tá afirmando isso, sabe. Só que chegou um momento em que eu fiz: eu tô afirmando isso pra quem?, sabe? Eu to querendo afirmar isso pra quê? Eu to querendo afirmar isso pro pessoal ou pra mim mesmo? Ao tentar me convencer que eu sou desse jeito, mas eu não sou. E foi aí quando a chave começou a virar na minha cabeça e aí foi quando eu realmente vi que tipo: véi, eu realmente sou trans. Não tem como eu fugir mais (FELIPE).

A formação discursiva atuante na fala de Felipe descreve o processo de afirmação contínua de sua identidade (ideologia da identidade como movimento), questionando para quem e por que essa afirmação é feita, porque tem que se provar para alguém sua sexualidade e gênero. Muitos questionamentos foram feitos, até entender que estava saindo de uma normatividade e entrando em outro no momento. Seu relato evidencia como interdiscurso o conflito entre narrativas internas e externas (ideologia da negação da transexualidade versus a ideologia de assunção dela), tendo a necessidade de performar continuamente algo que não reverberava como sua

identidade, refletindo o impacto dos discursos sociais sobre a percepção pessoal e o bem-estar emocional.

Ao falar que “a chave começou a virar” mostra que sua percepção sobre identidade de gênero muda, no decorrer do tempo, de maneira significativa, de modo que, saiu de um estado de dúvida e pressões, para um reconhecimento interno de seu desejo. Quando Felipe faz a afirmação “eu realmente sou trans”, ele se empodera, sendo resistente às pressões sociais, reivindicando seu direito de expressar-se.

Os relatos dele concentraram-se em especial nas suas vivências familiares e no contexto da amizade, onde sentia constantemente o julgamento atravessando as suas experiências de modo que, desde muito cedo fosse preciso estar em uma constante regulação de sua forma de performar, seu modo de pensar, sentir e agir. Suas relações familiares se tornaram mais complicadas ao longo do tempo por questões religiosas e a falta de abertura da própria família para conseguir entender o filho, neto e irmão que renasceu, após uma longa caminhada de estudos, pesquisas e autoaceitação.

Diferentemente de Alice, cujos relatos foram direcionados para sua vivência escolar, onde enfrentou desafios ao expor seu modo de se expressar, dentro da sala de aula, a partir de atividades que em um primeiro momento aparentavam serem inofensivas, como a de desenhar um bonezinho ou um laço, cada desenho respectivamente direcionado ao gênero masculino e feminino, o relato de Felipe focou na sua relação familiar, em que a dor da não aceitação, talvez tenha machucado muito. No caso de Alice, a escola a treinou para o silêncio, mas isso ela não aceitou

Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular [...] as tecnologias utilizadas pela escola alcançam, aqui, o resultado pretendido: o auto-disciplinamento, o investimento continuado e autônomo do sujeito sobre si mesmo. (Louro, 2010, p. 21-22).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar, através da História de Vida, os desafios de pessoas trans (um homem trans e uma travesti/mulher trans) durante as suas respectivas trajetórias de vida, com foco especial no espaço escolar. No contexto escolar, as normas de gênero podem influenciar a dinâmica de poder e contribuir para práticas de bullying, especialmente contra aqueles(as) que não se conformam aos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A obra de Butler (Problemas de gênero, 2003) oferece ferramentas para entender como essas normas são mantidas e como podem ser desestabilizadas quando questionada a naturalização do gênero. Um dos principais desafios para alunos transgêneros é serem reconhecidos por seus nomes sociais e pronomes pelo qual querem ser chamados.

A heteronormatividade está na ordem das coisas, no cerne das concepções curriculares; e a escola se mostra como instituição fortemente empenhada na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos/as (Junqueira, 2012. p. 281.)

Assim, a recusa da escola em respeitar a identidade de gênero de um estudante, insistindo em usar o nome de nascimento ou pronomes incorretos, pode ser severamente prejudicial. Isso além de quebrar com a autoestima desse(a) aluno(a), também cria um ambiente hostil, impedindo o seu desenvolvimento social e educacional, promovendo sua evasão escolar. Ainda para Junqueira (2012) a escola, de forma cotidiana, além de cultivar e ensinar/repassar preconceitos também é um espaço privilegiado para a crítica destes, ou seja, através das práticas pedagógicas pensadas de forma inclusiva e não-discriminatória, pode-se diminuir os índices de violência contra aqueles que são vistos como corpos abjetos, corpos que são desviantes da norma padrão. Por meio da educação, é possível diminuir as estatísticas de criminalidade contra a comunidade LGBTQIA+ e conseguir tirar o Brasil do pódio do país que mais mata pessoas transgêneros.

Neste aspecto, é fundamental implementar políticas que assegurem a equidade de tratamento e o respeito às diferenças, proporcionando um ambiente educacional onde a expressão de gênero procure ser livre de preconceitos e discriminações. Além disso, a capacitação contínua dos educadores para lidar com questões relacionadas ao gênero é essencial para se criar uma cultura escolar respeitosa e sensível às necessidades de todos os estudantes. Dessa forma, para que as escolas tornem-se

espaços seguros, e que não sejam fatores responsáveis por ferir a dignidade dos seus alunos, é necessário debater com todo o corpo da escola sobre práticas inclusivas que promovam a diversidade e a liberdade de gênero.

No cenário contemporâneo, as discussões sobre bullying, gênero e educação nas escolas adquiriram uma importância crescente. A obra de Judith Butler, com suas teorias sobre gênero e performatividade, oferece um arcabouço teórico relevante para compreender e enfrentar essas questões. Assim como os estudos de Rogério Diniz Junqueira, Berenice Bento e Guacira Lopes Louro cumprem um papel fundamental nessa questão.

Butler, uma das teóricas mais influentes no campo dos estudos de gênero, introduziu o conceito de performatividade para explicar como o gênero é construído socialmente. Segundo ela, o gênero não é uma identidade fixa, mas sim um conjunto de atos performativos que são repetidos ao longo do tempo. Essa perspectiva desafia as concepções tradicionais, que frequentemente sustentam normas rígidas e binárias. Os demais autores brasileiros supracitados trabalham com a ideia pós-estruturalista do gênero que atravessa os processos educacionais e como essas estruturas fixas são responsáveis por moldar corpos “rígidos”, educados e sucumbidos a seguirem regras que restringem suas performances e pensamentos.

A educação possui um papel fundamental no combate à transfobia/bullying e demais formas de agressões existentes. Ela, enquanto ambiente formador de opinião, é capaz de promover uma compreensão mais profunda das questões de gênero. A escola, quando tem em seu quadro professores e gestores mais bem preparados, com informações suficientes para lidar com aqueles que são diferentes, tende a promover pluralidade, possibilitando ambientes nos quais a diversidade seja valorizada e onde os alunos aprendam a desafiar normas sociais opressivas de modo saudável.

Uma educação transformadora deve fomentar o pensamento crítico, encorajando os alunos a questionar as normas sociais e a desenvolver uma compreensão crítica das estruturas de poder que sustentam o bullying e a discriminação de gênero. Isso envolve não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a criação de espaços de diálogo e reflexão, onde os alunos possam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros.

A luta pela igualdade, pelo respeito e dignidade da pessoa LGBTQIA+ no Brasil ainda está engatinhando, principalmente para as pessoas transgêneros, haja vista que, ao passo que a comunidade conquista um direito garantido por lei por um lado,

por outro existe a revogação daquilo que antes era pertencente, a exemplo: a existência de alguns projetos de lei tentando proibir pessoas trans de usarem o banheiro público como qualquer outro indivíduo. Isso é uma violência simbólica, pois o uso do banheiro público já é um grande desafio de afirmação das suas identidades e, existindo a tentativa de se criar leis que reforcem tal agressão, torna suas vidas difíceis, precarizando sua saúde e bem-estar psicossocial.

Diante disso, cada avanço existente nas diversas esferas da sociedade é uma grande vitória para a comunidade trans pois, demonstra que suas vozes, suas lutas estão sendo ouvidas e reconhecidas, proporcionando maior dignidade para suas vidas. A construção de um ambiente escolar inclusivo requer o compromisso de educadores, alunos e comunidades em reconhecer e celebrar a diversidade humana. Somente por meio de uma educação que abrace a diferença, dentre elas a de gênero e sexualidade, que poderemos construir uma sociedade mais justa e respeitosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cleyton; NANTES, Samuel. Lacan e Butler: a subversão da identidade.

Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana, 17(34), 92-103. 2022.

BARROS, Maria Lígia. **Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco**, no Grande Recife. Brasil de Fato, 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefatope.com.br/2022/02/25/duas-estudantes-sao-vitimas-de-transfobia-em-escola-estadual-de-pernambuco-no-grande-recife>. Acesso em: 09, agosto 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus. XAVIER, Nubea Rodrigues. SARAT, Magda. Escola e Infância: a transfobia rememorada. **cadernos pagu (59)**, 2020.

BENTO, Berenice. **Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006. Acesso em: 16.Dez. 2020.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é a transexualidade**. São Paulo. Braziliense, 2012.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar. **Rev. Estud. Fem.** 19 (2) • Ago 2011.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Hudson Pablo de Oliveira Bezerra. **Corpo e saúde: reflexões sobre o quadro “medida certa”**. 2012. pp. 206 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Natal, RN, 2012. 206 f.; il.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **História de vida nas ciências humanas e sociais: caminhos, definições e interfaces**. In: Histórias de vida e formação de professores: diálogos entre Brasil e Portugal [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp.37-57. ISBN: 978-85-7511-469-8.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual / Secretaria de Educação**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 2022.**

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In G. Louro (Org.), O corpo educado: pedagogias da sexualidade (pp. 110-125). Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**.

Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Actos performativos e constituição de género. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista.** In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). *Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica.* Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

CARDOSO, Railson Soares. **Transgeneridade, universidade e vida: histórias e construções identitárias de mulheres trans.** Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2021

COLOMBY, Renato Koch. Et al. histórias de vida como um caminho metodológico em estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. **IV congresso brasileiro de estudos organizacionais** - porto alegre, rs, brasil, 19 a 21 de outubro de 2016.

DENÚNCIA DE TRANSFOBIA CONTRA ALUNO PRATICADA POR FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO DA PM É INVESTIGADA PELO MINISTÉRIO

PÚBLICO. G1 Pernambuco. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/07/28/transfobia-contra-aluno-praticada-por-funcionarios-do-colegio-da-pm-e-investigada-pelo-ministerio-publico.ghtml>. acesso: 09 de agosto de 2023.

DOURADO PORTO, Rayssa Karla; SILVA, Marcos Aurélio da; GUGELMIN, Sílvia Angela. Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. Aceno – **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 8 (16): 219-230, janeiro a abril de 2021.

FALCHI, Cinthia Alves. **Crítica ao Paradigma da diferença identitária dos corpos : Transgressão de gênero como ruptura ética**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano Vol. I, N. 5, 2012.

FERRARI, Anderson. Experiência homossexual no contexto escolar. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial n. 1, p. 101-116. 2014.

FERRAZZA, Dayane Scopel. ANTONELLO, Claudia Simone. O Método de História de Vida: Contribuições para a Compreensão de Processos de Aprendizagem nas Organizações. **Revista Gestão.Org**, v. 15, n. 1, p. 22-36. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2023 .

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GANEM, Bruno Rodrigues. **Resistindo para (re)existir: identidades trans entre experiências e memórias com a escola**. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

GARCIA, Tirza Myga. **A análise do discurso francesa: uma introdução nada irônica.** Working papers em linguística, UFSC, n.7, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

HADDAD, Maria Irene Delbone; HADDAD, Rogério Delbone. **Judith Butler: Performatividade, constituição de gênero e teoria feminista.** Enlaçando, São Paulo, v. 072, n. 1, p.0-0, 2017. Disponível em:
https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID559_17072017160232.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar.**

MILSKOLCI, R. (Org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos).

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser .Periódicus, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades.**

LOMANDO, Eduardo Marodin. Processos, desafios, tensões, e criatividade nas

conjugalidades de homens e mulheres transexuais. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras> Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017. 163 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (6ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que escapam**. Labrys: estudos feministas. Brasília, n. 4, p. 1- 11, ago./dez. 2003.

MARINHO, Larissa Christina cavalcante Arruda. **Currículo da vida do Corpo trans: Corpos performatizados na escrita de si**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação. Natal, RN, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva. MARCOS, Cristina Moreira. Breve percurso histórico

acerca da transexualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593- 609, ago. 2019.

MOURA, Fernanda Pereira. **“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. 189 f. Dissertação – (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NÓBREGA, Terezinha Petrúcia da. **Uma Fenomenologia do Corpo**. São Paulo. Editora Livraria da Física. 2010.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (2), SãoJoão del Rei, maio-agosto de 2017.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. PRECONCEITO, ESTIGMA e INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. In **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**. Recife. v.13, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11^a Ed, Campinas, SP. Pontes Editora, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946.

PEREIRA, Fernando Cezar Paulino. SANTOS, Lara Gabriela. MENDES, Sarah Cristina Carvalho. Gênero e Identidade: Possibilidades e Contribuições Para Uma Cultura de Não Violência e Equidade. **Psicol. Soc.** vol.29 Belo Horizonte 2017 Epub Dec 18, 2017.

PINTO, Flávia Virginia Melo. **Transformando normas e padrões (recurso eletrônico): as práticas informacionais de pessoas trans na “reivenção do corpo”**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2020.

SANTANA, Antônio Alves de. **PESSOAS TRANS NA ESCOLA: experiências e resistências no contexto do agreste pernambucano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2019.

SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral.;COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. **In: Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador: UNEB, 2013.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos. SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise nométodo história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 714-9. 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. 1995.

SILVA, Melanie Laura Mariano da Penha. **Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (con)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação.**

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco.

Programa de Pós-graduação em educação, 2018.

SILVA, Aline Pacheco. Et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, Vol. I, nº 1, p. 25-35, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, cap. 2. p. 14-43, 1988.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O voo da beleza: travestilidade e devir minoritário**. Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza, CE, 2005.

VERAS, Elias Ferreira. GUSCH, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida. et al. Associação entre bullying escolar e o país de origem: um estudo transcultural. **Revista Brasileira de Educação** v. 24 e240013 2

